ENTREVISTA: Júlio Gomes de Almeida diz que a economia está madura para crescer mais

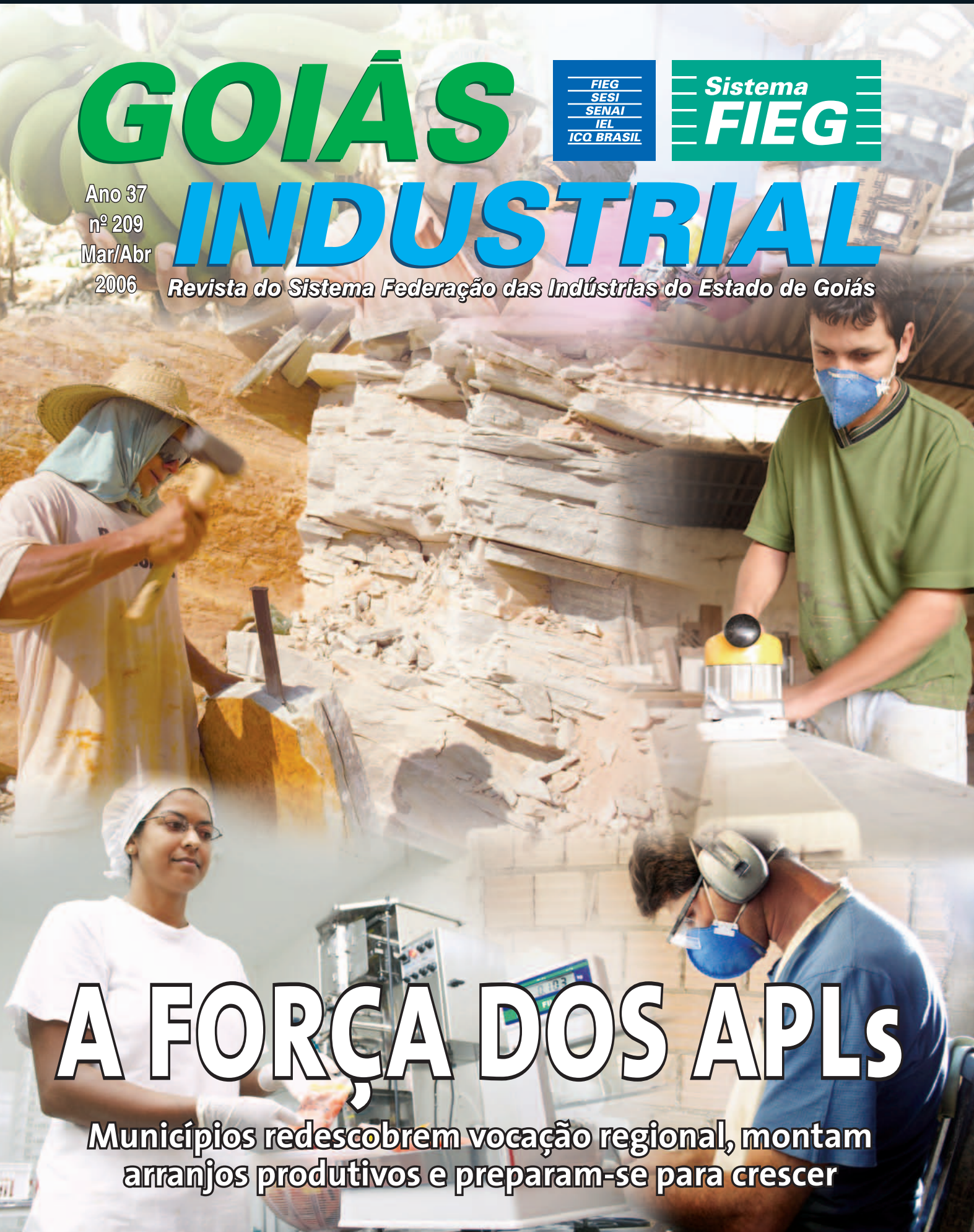
GOIÁS INDUSTRIAL

FIEG
SESI
SENAI
IEL
ICQ BRASIL

Sistema FIEG

Ano 37
nº 209
Mar/Abr
2006

Revista do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás

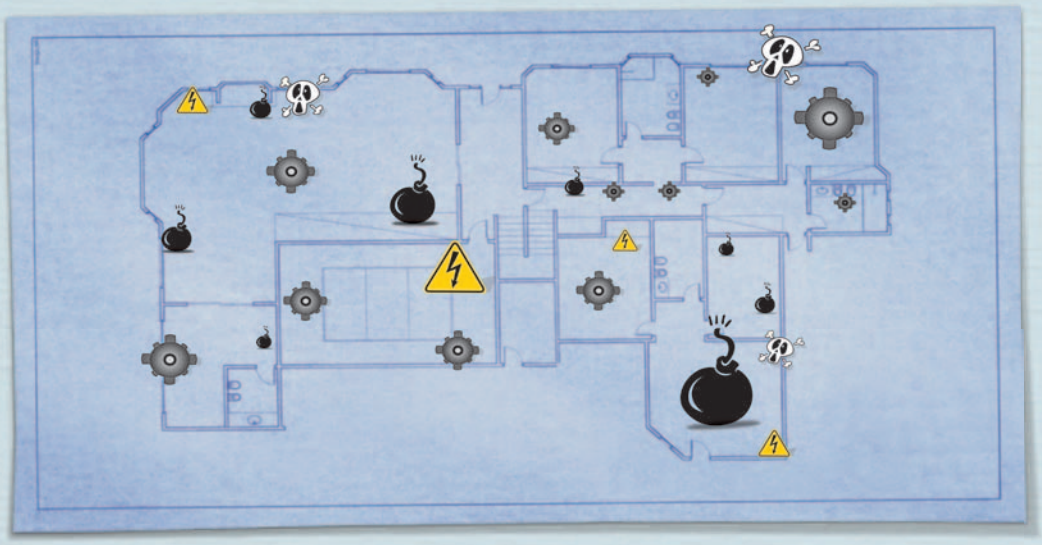


A FORÇA DOS APLs

Municípios redescobrem vocação regional, montam arranjos produtivos e preparam-se para crescer

Não faça do seu projeto um campo minado.

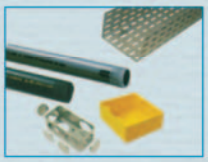
Os melhores estrategistas estão na Makro Service.



O melhor em materiais elétricos, teleinformática, iluminação, acionamentos e automação industrial.
Suporte profissional para o desenvolvimento, acompanhamento e execução do seu projeto.

Materiais elétricos

Qualidade e normatização com garantia de segurança.



- Canaletas
- Fios
- Eletrodutos

- Caixa de distribuição para dijuntores padrão

- Fios e Cabos elétricos

Teleinformática/Redes Estruturadas

Tecnologia confiável em produtos para cabeamento estruturado de voz, dados e imagem.

- Rotuladoras
- Fitas de Identificação
- Patch Cords

- Conversores
- Patch Panels

- Switches
- Racks
- Roteadores

Iluminação comercial e industrial

Linhas de produtos e acessórios.

- Reatores para lâmpadas fluorescentes e de descargas

- Lâmpadas
- Projetores

- Luminárias fluorescentes industriais

Automação industrial

Painéis de acionamento, controle e automação de máquinas industriais e irrigação.

- Barramento blindado
- Chave de partida suave
- Chaves série paralelo

- Painéis de comando e automação
- Inversores de frequência

- Soluções inovadoras e o melhor custo/benefício
- Garantia de segurança em produtos e serviços
- Durabilidade das instalações
- Suporte técnico e acompanhamento profissional

Makro Service
Materiais elétricos de confiança

Av. Independência, 5371, Setor Aeroporto. Tel.: 62 3216.4000 e 62 3212.4000 www.makroservice.com.br

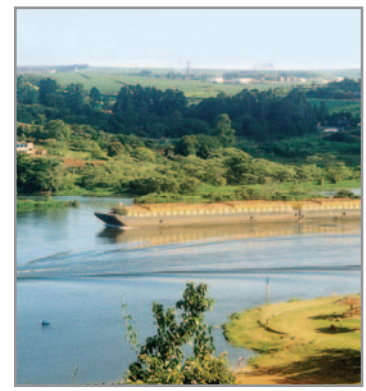
Netmídia

20 Arranjos produtivos

Programa estimula crescimento regional, com geração de empregos e redistribuição de renda

12
Bolsa de resíduos
Indústrias goianas já podem negociar materiais descartados no processo produtivo, com ganhos ambientais e lucros

28
Logística
Plano integrado deverá prever soluções para gargalos no setor, facilitando a atração de novos investimentos. A Hidrovia Paranaíba-Paraná-Tietê surge como uma das alternativas



39
Medalha de ouro
Senai de Anápolis comemora nova conquista olímpica, com mecânico Johnny Rodrigues Corrêa superando concorrentes de 11 Estados

EXPEDIENTE

SISTEMA FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás
Presidente: Paulo Afonso Ferreira
Av. Araguaia, no 1.544, Ed.Albano Franco,
Casa da Indústria - Vila Nova
CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300 / Fax (62) 3229-2975
Home-page: www.sistemafieg.org.br
E-mail: fieg@sistemafieg.org.br

Núcleo Regional da FIEG em Anápolis
Presidente: Waldyr O'Dwyer
Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A,
Bairro Jundiaí CEP 75113-630 Anápolis-GO
Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565
E-mail: nureaps@sistemafieg.org.br

SESI
Serviço Social da Indústria
Diretor Regional: Paulo Afonso Ferreira
Superintendente: Paulo Vargas
E-mail: adm.sesi@sistemafieg.org.br

IEL
Instituto Euvaldo Lodi
Diretor Regional: Daniel Viana
Superintendente: Paulo Galeno Paranhos
Home-page: www.ielgo.com.br
E-mail: iel@sistemafieg.org.br

SENAI
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Diretor Regional: Paulo Vargas
Home-page: www.senaigo.com.br
E-mail: senaigo@senaigo.com.br

ICQ BRASIL
Instituto de Certificação Qualidade Brasil
Diretor Regional: Daniel Viana
Superintendente: Paulo Galeno Paranhos
Home-page: www.icqbrasil.com.br
E-mail: icq@icqbrasil.com.br

DIRETORIA DA FIEG

PRESIDENTE
Paulo Afonso Ferreira

PRESIDENTE DE HONRA
José Aquino Porto (in memorian)

1º VICE-PRESIDENTE
Pedro Alves de Oliveira

2º VICE-PRESIDENTE
Wilson de Oliveira

3º VICE-PRESIDENTE
Ivan da Glória Teixeira

VICE-PRESIDENTES
Aluísio Quintanilha de Barros
César Helou
Flávio Paiva Ferrari
Joviano Teixeira Jardim
Marley Antônio da Rocha
Ubiratan da Silva Lopes
Eduardo Cunha Zuppani
Luis Antônio Vessani
Carlos Alberto Vieira Soares
Fábio Rassi
Sávio Cruvinel Câmara
Elton Teles de Campos
José Luiz Martin Abuli
Aldrovando Divino de Castro Júnior

1º SECRETÁRIO
Hélio Naves

2º SECRETÁRIO
Luiz Gonzaga de Almeida

1º TESOUREIRO
Domingos Sávio Gomes de Oliveira

2º TESOUREIRO
Antônio de Sousa Almeida

CONSELHO FISCAL
Daniel Viana
Heno Jácomo Perillo
Waldyr O'Dwyer

CONSELHO DE REPRESENTANTES JUNTO À CNI
Paulo Afonso Ferreira
Sandro Antônio Scodro Mabel

CONSELHO DE REPRESENTANTES JUNTO À FIEG
Abílio Pereira Soares Júnior
Aldrovando Divino de Castro Júnior
Aluísio Quintanilha de Barros
Anísio Queiroz de Carvalho Jr.
Antônio Clóvis Carneiro
Antônio de Sousa Almeida
Carlos Alberto Diniz
Carlos Alberto Vieira Soares
Carlos Queiroz de Paula e Silva
Carlos Roberto de Araújo
Carlos Roberto Viana
César Helou
Cláudio Henrique Chini
Cyro Miranda Gifford Júnior
Daniel Viana
Domingos Vilefort Orzil
Edmar Sabino Neves
Eduardo Cunha Zuppani
Elton de Teles Campos
Emílio Carlos Bittar
Eurípedes Felizardo Nunes
Fábio Rassi
Flávio Paiva Ferrari
Francisco de Faria
Francisco Gonzaga Pontes
Frederico Martins Evangelista
Gilda Leite Pereira
Guimar Alves da Silva
Henrique Wilhem Morg de Andrade
Hélio Naves
Hélio Naves Júnior
Humberto Rodrigues de Oliveira
Jaime Canedo
Jair Rizzi
Jerry de Paula
João Essado
Joaquim Cordeiro de Lima
Jorge Luíz Biazuz Meister
José Antônio Simão
José Luiz Martin Abuli
José Magno Pato
José Romoaldo Maranhão Neto
José Vieira Gomide Júnior
Joviano Teixeira Jardim
Laerte Simão
Leonardo Jayme de Arimatéa
Leopoldo Moreira Neto
Luiz Antônio Vessani
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Rézio
Marley Antônio Rocha
Olavo Martins Barros
Onofre Andrade Pereira
Orlando Alves Carneiro
Paulo Afonso Ferreira
Pedro Alves de Oliveira
Raimundo Viana Dutra
Rodrigo Penna de Siqueira
Sandro Antônio Scodro Mabel
Sávio Cruvinel Câmara
Segundo Braoios Martinez
Ubiratan da Silva Lopes
Uilson José Pinto
Valdenício Rodrigues de Andrade
Wellington Carrijo Soares
Wilson de Oliveira

GOIÁS INDUSTRIAL

Direção
José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo
Joelma Pinheiro

Edição
Lauro Veiga Filho

Reportagem: Andelaide Pereira, Célia Oliveira, Dehovan Lima, Geraldo Neto, Giovanna Amaral, Henrique Fonseca, Jávier Godinho, Eleyda Moreira e Isabel Alencar

Colaboração: Welington da Silva Vieira

Fotografia: Sílvio Simões

Diagramação: ND Editora e Publicidade Ltda.
Fotolito: Oficina de Arte
Impressão: Gráfica Kelps (Asa Editora)

Produção e Publicidade:
Rua 1034 nº 49, Setor Pedro Ludovico
74823-190 - Goiânia-GO
Fone: (62) 3255-6262
E-mail: nd@ndeditora.com.br

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista

Paulo Afonso Ferreira

APL - barato, rápido e positivo

A prática é muito mais favorável do que sua descrição técnica: arranjo produtivo local é um conjunto de empresas e entidades que atuam como partes da mesma cadeia produtiva, gerando e capturando sinergias, com potencial de atingir crescimento competitivo superior ao de uma simples aglomeração econômica. Os APLs, em Goiás, demonstram, cada vez mais, ser baratos, e de resultados rápidos e positivos.

Eles começaram na sensibilidade e determinação do Ministério da Integração Nacional, através da sua Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste e da RIDE (Região Integrada para o Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal), para se completar na parceria com o Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás, tendo o IEL como convenente e o Senai como executor, em programas de consultoria, assessoria técnica, capacitação profissional, capacitação para empresários, com exceção de Catalão todos voltados para o fortalecimento de empresas localizadas no Entorno. A essa confiança, que obviamente motivou o crescimento da responsabilidade da Fieg, sucedeu a satisfação entre as partes, e aos cinco convênios iniciais acresceram-se outros quatro, estando em estudos mais cinco.

Tudo para ser bem feito precisa de preparação adequada. As negociações para a aplicação da parceria demandaram 13 meses, redundando em ações de sentido associativo aos empresários, na organização empresarial, na preocupação com a qualidade dos produtos, no aprimoramento da comercialização e em providências de proteção ambiental. Com o foco na vocação regional, está se chegando à criação de emprego, à geração de renda e ao crescimento econômico e social.

Bastou um ano de trabalho bem dirigido, para a colheita começar. Em Pirenópolis, vislumbra-se a solução de problemas ambientais centenários, organiza-se o setor de quartzito, elevando de 23 para 100 o número de associados, transferindo a administração da pedreira da Prefeitura para a Associação de Mineradores, que tem 300 membros e já conseguiu seu primeiro contrato de exportação, dispondo de marketing para melhor divulgação. Em Águas Lindas, a área de confecções ganhou uma cooperativa, 321 pessoas foram capacitadas e 18 empresas melhoraram seus gestão da produção. Em Cristalina, organizou-se o artesanato mineral, com cooperativa e design para as 20 empresas locais, que terão em julho o catálogo de seus produtos. Em Luziânia, a fruticultura obtém cooperativa com 33 associações de pequenos produtores rurais e previsão de dois mil beneficiados, estando quase pronto o plano agrícola do município e concluído o estudo de viabilidade econômica da plataforma comercial de fruticultura. Em Valparaíso, estrutura-se o setor de móveis, apoiado no associativismo.

> “Com foco na vocação regional, está se chegando à criação de emprego, à geração de renda e ao crescimento econômico e social”

Assim, o Ministério da Integração Nacional atinge seus objetivos, reconhecendo a competência, a responsabilidade e a força de trabalho do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás. Por sua vez, a Fieg amplia substancialmente o atendimento ao setor produtivo, expandindo seu raio de atuação numa ampla região carente de desenvolvimento onde, sem parceria, não teria condições de chegar. ■

Júlio Sérgio Gomes de Almeida

Sem medo de crescer

A economia brasileira está madura para alçar vôos mais altos, saindo de um ciclo de stop and go, um verdadeiro "estica-encolhe", que tende a sacrificar as chances de crescimento de longo prazo ao afetar negativamente o investimento produtivo. A avaliação é do economista Júlio Sérgio Gomes de Almeida, diretor executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), em entrevista à ***Goiás Industrial****.*

Goiás Industrial - O desempenho da economia, e da indústria em particular, ficou muito aquém do esperado em 2005. O que se pode prever para este ano?

Júlio Sérgio Gomes de Almeida - O ano de 2005 frustrou as expectativas e mesmo as estimativas de crescimento porque o aperto monetário revelou-se maior do que se imaginava. Só a partir de meados de 2005 os juros começaram a cair, mas de uma forma lenta e que perdura até agora. Isso significa dizer que o aperto monetário foi longe demais, determinando uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 2,3% no ano passado. Temos a expectativa de que em 2006, como as taxas de juros estão caindo já há algum tempo, possamos ter um crescimento um pouco maior, talvez da ordem de 3,5%. De qualquer maneira, que seja 3,5% ou 4%, será ainda um crescimento baixo. Não podemos perder de vista que os países em desenvolvimento estão tendo oportunidades de crescimento que permitem expansão anual - e tem sido assim nos últimos três anos - da ordem de 6% a 6,5%. O Brasil tem registrado taxas equivalentes à metade desse caminho. Estamos marcando passo, já que poderíamos ter um crescimento maior caso tivéssemos um pouco mais de ousadia especialmente nessa política monetária.

Goiás Industrial - O prolongamento excessivo dessa política, de alguma forma, poderá comprometer as possibilidades de uma retomada mais rápida do crescimento em 2006?

Almeida - Sempre é possível - se o fator do baixo crescimento é identificado, como por exemplo a taxa de juros - voltar atrás e retomar o crescimento. Com uma exceção muito importante. Nesse vaivém do crescimento econômico, ao qual estamos perigosamente nos acostumando, os investimentos vão ficando muito deprimidos. O investimento não funciona como um ioiô e muitas vezes ele é interrompido e, para de novo voltar a ter a decisão de investir, voltar a ter confiança no investimento, especialmente aquele de maior vulto, de maior prazo de maturação e retorno, na indústria de base, na infra-estrutura, esse investimento fica especialmente danificado. O que significa dizer que estamos comprometendo o crescimento de longo prazo. Temos de lutar para que tenhamos uma taxa de juros menor, um câmbio mais remunerador e para que essas duas coisas juntas tenham maior estabilidade. Não são apenas juros e câmbio que estão em jogo, mas há uma série de fatores no Brasil que poderiam ajudar a criar um ambiente favorável ao crescimento. Juros e câmbio são os mais decisivos, os mais gerais, influenciam todos os setores, mas o investimento em infra-estrutura precisa melhorar, a carga tributária poderia ser consensuada e reduzida, o crédito poderia ser melhorado.

> Nesse vaivém da economia, os investimentos vão ficando muito deprimidos, o que compromete o crescimento de longo prazo

Goiás Industrial - Num cenário assim, o que se pode projetar para os investimentos neste ano?

Almeida - Tendo a acreditar que este não deverá ser um ano muito favorável para os investimentos. Por que teremos uma instabilidade política como em 2002? Não. Ninguém está supondo que haja impactos sobre a economia como houve durante a grande instabilidade gerada em 2002. Mas é razoável que os empresários, especialmente naqueles investimentos de grande vulto e em infra-estrutura, queiram esperar definir o quadro sucessório, quem vai comandar a economia e quem será o seu condutor. Penso que quem puder adiar o investimento em 2006 para o ano que vem vai fazer isso, o que não significa dizer que o investimento vai cair, mas que ele não vai aumentar demais. A política de aperto monetário, em 2005 e 2006, acabou influenciando mais o investimento do que o consumo. O PIB cresceu 2,3%, o consumo avançou 3,1% e o

investimento aumentou apenas 1,6%, depois de crescer 10% em 2004. Não é o que o País necessita. Precisamos fazer o investimento crescer um, dois, três, quatro, cinco anos à frente do consumo para afastar de vez qualquer fantasma da inflação. Tenho a impressão de que, a partir de 2007, poderemos voltar a pensar em ter um quadro melhor para o investimento do que foi em 2005.

> "O investimento precisa crescer um, dois, três, quatro, cinco anos à frente do consumo para afastar de vez qualquer fantasma da inflação"

Goiás Industrial - Qual a avaliação do Iedi em relação ao modelo adotado pelo Banco Central (BC) para definir a política monetária, que adota um conceito de PIB potencial aparentemente desconectado da realidade?

Almeida - O BC trabalha muito com o conceito de PIB potencial, ou seja, aquele produto que delimita a capacidade de crescimento da economia sem gerar pressões inflacionárias. Achamos que a indústria tem mais flexibilidade do que o que é levado em conta nesses modelos. A realidade industrial é tal que, embora você tenha dentro daquele quadro atual, digamos, um potencial de produção de 100, você pode rapidamente atingir um volume como 120. Ou seja, o conceito de capacidade de produção, de produto potencial é mais elástico principalmente em momentos em que a economia está recomeçando a crescer, como foi o caso de 2004, do que se supõe nos modelos macroeconômicos. Mais claramente, a economia precisa de um tempo para crescer e para os investimentos acontecerem também. Não é no primeiro sinal de algum crescimento que os empresários já saem investindo e ampliando a capacidade de produção. É necessário que venha o crescimento, que haja um convencimento do empresariado de que esse crescimento veio para ficar. Não devemos nos assustar com algumas pressões que possam aparecer. Sempre haverá algum tipo de pressão, algum desabastecimento localizado, mas são problemas que tendem a ser sanados rapidamente se houver continuidade do crescimento e do investimento.

Goiás Industrial - Essa seria uma tendência mais ou menos automática na economia ou essa correção exigiria alguma forma de intervenção pontual do governo, reduzindo tarifas de importação, por exemplo?

Almeida - Eventualmente, sim. Mas não somos favoráveis a nada parecido com isso. Achamos que se o governo simplesmente acompanhar o processo, vai se convencer de que não é necessário muito mais do que isso. Se houver necessidade de alguma intervenção, no caso de falta de uma mercadoria, pode-se reduzir temporariamente os encargos sobre a importação ou, eventualmente, define-se um programa de investimento setorial de forma a estimular o aumento do investimento nessa área, via incentivo fiscal ou ao crédito, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Não precisamos ter medo de crescer. Precisamos ter cuidado ao crescer. Por que? Porque o crescimento é sempre um processo de desajuste. Não quer ter desajustes? Então devemos continuar com a política atual, em que a economia também não cresce como poderia.

Goiás Industrial - No começo do ano, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (Abimaq), a produção de máquinas e equipamentos vem caindo, enquanto cresce a importação desses itens. Aparentemente, a importação estaria substituindo a produção local. O sr. analisa esses dados como uma tendência conjuntural ou trata-se de uma modificação estrutural, que pode levar à desindustrialização do País?

Almeida - Enquanto tivermos essa forte valorização da nossa moeda, essa vai ser a tendência. O que é importante é que não devemos ter artificialismos no câmbio, nem de forma a proteger nossa indústria, nem que a exponha a uma concorrência de fora que ela não possa suportar. Ou seja, produzir ou não produzir um bem deve ser uma definição tipicamente de mercado e não uma decisão de política econômica. Da forma como está nossa política cambial – e a política de juros, que influencia muito o câmbio – estamos em maus lençóis nessa área. Há setores de bens de capital altamente competitivos mas que, com esse câmbio, não conseguem competir com o produto estrangeiro. Isso é uma injustiça.

> "Não precisamos ter medo de crescer. Precisamos ter cuidado ao crescer. Por que? Porque o crescimento é sempre um processo de desajuste"

Goiás Industrial - Uma solução seria a adoção de uma política industrial, um ajuste na política de juros e no câmbio...

Almeida - Seria termos um câmbio mais ajustado, juros alinhados a padrões internacionais, tributação

também em linha com outros países. Se você melhorar os juros, isso tem influência no câmbio. Se o câmbio melhora, favorecendo as exportações, não há por que ter essa desindustrialização. Numa análise da balança comercial brasileira, realmente os produtos básicos têm registrado aumentos de exportação bem mais acentuados do que a taxa de crescimento das vendas externas de produtos manufaturados. Isso é uma desindustrialização de nossa pauta exportadora. Mas é possível reverter esse processo.

> "Considerando-se a taxa de juros dos títulos do Tesouro norte-americano, mais a taxa de risco do Brasil, isso dá 7%. Há um abismo entre os juros internos e externos."

Goiás Industrial - A queda de Antônio Palocci e sua substituição pelo economista Guido Mantega no Ministério da Fazenda pode significar, mais à frente, uma mudança efetiva da política econômica?

Almeida - Tenho a impressão de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva escolheu uma pessoa de sua confiança, assim como o Palocci era uma pessoa de confiança. A passagem do atual ministro Guido Mantega pelo BNDES reforçou algumas coisas relevantes, como a noção da importância das taxas de juros para fazer os investimentos acontecerem na economia.

Goiás Industrial - Teria sido, então, um período de aprendizado, que pode ser favorável à nova gestão no Ministério da Fazenda?

Almeida - Sim, acho que todo dirigente que passa por um "estágio" no BNDES melhora sua visão sobre o funcionamento da economia. Isso não garante que ele vá ter margem de manobra para reduzir a taxa de juros. Mas há espaço maior para tentar uma redução.

Goiás Industrial - Quais são os fatores que asseguram essa possibilidade?

Almeida - O principal é uma cadeia de fatores externos, que culminou com uma queda da taxa de risco do País, muito mais em linha com os demais países em desenvolvimento. Essa situação é incompatível com uma taxa de juros muito elevada. Considerando-se a taxa de juros dos títulos do Tesouro norte-americano, de 4,5%, mais a taxa de risco do Brasil, isso dá um nível de 7%, ao passo que nossa taxa básica está em 16,5%. Você tem um abismo entre os juros internos e externos, criado pelo próprio País. Há a possibilidade de se aprofundar o processo de redução dos juros sem criar novos fatores de risco.

Goiás Industrial - A mudança no Ministério da Fazenda, de alguma forma, altera os prognósticos para 2006?

Almeida - Ainda é cedo, mas teoricamente, sim. Temos que ver se haverá mudanças mesmo, temos que observar o cenário político.

Goiás Industrial - Como o sr. vê esse debate entre ajuste fiscal versus política monetária, com o BC alegando que os juros devem ser altos porque a política fiscal é expansionista, enquanto uma outra corrente de economistas aponta os juros como principal fator de expansão dos gastos públicos?

Almeida - Os dados do setor público mostram que os gastos com juros atingem 10% do PIB. A redução dos juros aliviaria o setor público e isso teria impacto relevante sobre os gastos públicos. O Brasil precisa reordenar seus gastos.

Goiás Industrial - Qual seria o figurino desse reordenamento?

Almeida - Esse figurino deveria incluir uma investida forte contra a informalidade, melhorar a gestão do setor público, aprimorar o combate à sonegação e reduzir os juros. Tudo isso deveria ser feito simultaneamente. Não podemos esperar os resultados dessas medidas para só depois baixar os juros.

Goiás Industrial - Isso exigiria algum corte de gastos de custeio?

Almeida - Certamente. Mas isso teria de ser feito ao longo de um processo de reordenamento dos gastos e de aumento da eficiência no setor público. O que não pode é reduzir eventualmente os serviços.

Goiás Industrial - A estratégia permitiria afrouxar a carga tributária?

> "Poderíamos ter uma redução da carga tributária só por meio da redução dos juros. O ideal seria uma carga ao redor de 30% do PIB"

Almeida - A idéia geral é essa.

Goiás Industrial - Qual o peso dos juros na carga tributária?

Almeida - É muito importante. Poderíamos ter uma redução da carga tributária só por meio da redução dos juros e conseqüente corte nas despesas financeiras. O ideal para o País seria, num número redondo, uma carga tributária ao redor de 30% do PIB. ■

SINDICATOS COM SEDE NA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS - FIEG

Av. Anhanguera, nº 5.440, Edifício José Aquino Porto, Palácio da Indústria, Centro, Goiânia / GO, CEP 74043-010

SIAEG
Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás
Presidente: Sandro Mabel
Fone (62) 3224-4253 Fax 3224-9226 - siaeg@terra.com.br

SIEEG
Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal
Presidente: Orlando Alves Carneiro
Fone (62) 3212-6092 Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO
Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás
Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone (62) 3223-6515 Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMELGO
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás
Presidente: Hélio Naves
Fone/Fax (62) 3224-4462 - contato@simelgo.org.br

SIMPLAGO
Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás
Presidente: Jorge Luiz Biazuz Meister
Fone (62) 3229-2427 Fax 3224-5405
simplago@sistemafieg.org.br

SINCAFÉ
Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás
Presidente: Sávio Cruvinel Câmara
Fone (62) 3212-7473 Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

SINDAGO
Sindicato dos Areeiros do Estado de Goiás
Presidente: Carlos Alberto Diniz
Fone/Fax (62) 3224-5583

SINDIALF
Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confecçãode Roupas para Homens no Estado de Goiás
Presidente: Daniel Viana
Fone (62) 3223-2050

SINDIBRITA
Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras do Estado de GO, TO e DF
Presidente: Fábio Rassi
Fone (62) 3224-9983 Fax 3223 - 6667
sindibrita@sistemafieg.org.br

SINDICALCE
Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás
Presidente: Flávio Ferrari
Fone (62) 3225-6412 Fax 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SINDICARNE
Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal
Presidente: José Magno Pato
Fone/Fax (62) 3229-1187 e 3212-1521
sindicarne@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN
Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás
Presidente: Carlos Queiroz de Paula e Silva
Rua T-30, nº 2.105 - Setor Bueno - CEP 74215-060 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 3285-7009 - vessani@netgo.com.br

SINDICURTUME
Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás
Presidente: João Essado
Fone (62) 3213-4900 Fax 3212-3970
sindicurti@uol.com.br

SINDIGESSO
Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás
Presidente: José Luiz Martin Abuli
Fone (62) 3225-7888
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE
Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás
Presidente: César Helou
Fone (62) 3212-1135 Fax 3212-8885
sinleite@terra.com.br

SINDIPÃO
Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás
Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida
Telefax (62) 3225-1016
sindipao@sistemafieg.org.br

SINDIREPA
Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios
do Estado de Goiás
Presidente: Aldrovando Divino de Castro Júnior
Fone (62) 3224-0121 - sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS
Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás
Presidente: Carlos Alberto Vieira Soares
Fone/Fax (62) 3224-7296
sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO
Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste
Presidente: Aluísio Quintanilha de Barros
Presidente em exercício: Marco Antônio Batista
Fone (62) 3223-9703 - sindtrigo@sistemafieg.org.br

SININCEG
Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás
Presidente: Raimundo Viana Dutra
Fone (62) 3223-6667 Fax 3224-9983
sininceg@sistemafieg.org.br

SINPROCIM
Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás
Presidente: Marley Antônio da Rocha
Fone (62) 3224-0456 Fax 3224-0338
siac@sistemafieg.org.br

SINDQUIMICA
Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas no Estado de Goiás
Presidente: Eduardo Cunha Zuppani
Fone (62) 3212-3794 Fax 3225-0074
sinquifar@sistemafieg.org.br

SINVEST
Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás
Presidente: Francisco de Faria
Fone/Fax (62) 3225-8933 - sinvest@sistemafieg.org.br

SINDICATOS COM SEDE EM OUTROS ENDEREÇOS

SIAGO
Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás
Presidente: Pedro Alves de Oliveira
Rua T-45, n.º 60 - Setor Bueno - CEP 74210-160 - Goiânia - GO
Fone (62) 325l-3166 Fax 325l-3691- siago@cultura.com.br

SIFAÇUCAR
Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente Executivo: Igor Montenegro Celestino Otto
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 Fax (62) 3251-1045

SIFAEG
Sindicato das Indústrias de Fabricação de Álcool no Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente Executivo: Igor Montenegro Celestino Otto
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia- GO
Fone (62) 3274-3133 (62) 3251-1045 - sifaeg@terra.com.br

SIMESGO
Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico
do Sudoeste Goiano
Presidente: Eurípedes Felizardo Nunes
Rua Costa Gomes, n 143 - Jardim Marconal - CEP 75901-550
Rio Verde - GO
Fone/Fax (64) 3613-4810

SINROUPAS
Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia
Presidente: Frederico Martins Evangelista
Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista - CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone Fax (62) 3092-4477 - agicon@agicon.com.br

SINDUSCON-GO
Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás
Presidente: Joviano Teixeira Jardim
Rua João de Abreu, n.º 427 - Setor Oeste - CEP 74120-110 - Goiânia- GO
Fone (62) 3095-5155 Fax 3095-5176/5177
contato@sinduscongoias.com.br

SINDICATOS COM SEDE EM ANÁPOLIS

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiaí, Anápolis / GO
CEP 75113-630 Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565
e-mail: sind.industria@terra.com.br

SIAA
Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis
Presidente: Wilson de Oliveira

SICMA
Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis
Presidente: Ubiratan da Silva Lopes

SIMEA
Sindicato das Indús
trias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis
Presidente: Elton de Teles Campos

SINCERAM
Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás
Presidente: Laerte Simão

SIVA
Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis
Presidente: José Vieira Gomide Júnior

De olho no Legislativo

A Agenda Legislativa da Indústria apresenta projetos e sugestões de políticas de interesse do setor

O lançamento nacional da Agenda Legislativa da Indústria 2006 ocorreu em 28 de março com as presenças do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro, vice-presidente da CNI, Moreira Ferreira, presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo (PC do B-SP). Há mais de dez anos, o Conselho de Assuntos Legislativos (Coal) da Confederação Nacional da Indústria realiza acompanhamento diário de todos os projetos de lei, propostas de emenda constitucional (PEC) e medidas provisórias de interesse da indústria em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado.

A entrega da Agenda Legislativa da Indústria 2006: da esquerda para a direita, vice-presidente da CNI, Moreira Ferreira, presidente da CNI, Armando Monteiro, presidente do Senado, Renan Calheiros, e presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo

De acordo com a assessora legislativa da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Margareth Dias Mendonça, a partir daquele levantamento, o Coal encaminha os projetos, divididos por área, para todas as federações e associações industriais nacionais para a elaboração da Agenda Legislativa da Indústria. Margareth explica que, no caso da Fieg, os projetos são encaminhados à federação para uma avaliação mais aprofundada pelos empresários e assessores técnicos, que analisam se a proposição é convergente ou divergente com os interesses da indústria e seu grau de prioridade, definido de 1 a 6.

A assessora destaca a importância dessa avaliação para formulação da Agenda Legislativa da Indústria, cujo objetivo é tornar transparente aos Poderes Legislativo e Executivo e à sociedade civil o posicionamento do setor industrial em relação aos principais projetos de lei que afetam a competitividade das empresas. A elaboração da 11ª Agenda ocorreu durante o Seminário RedIndústria, realizado em 5 e 6 de fevereiro na sede da CNI. O evento reuniu representantes das federações de indústrias e de associações nacionais para a conclusão do documento, cujo parecer final é dado pela diretoria da CNI. Representaram a Fieg, Margareth Dias e o assessor técnico Cláudio Henrique de Oliveira.

Durante o seminário, os participantes analisaram 545 novas proposições, definidas como de interesse da indústria, e projetos remanescentes da publicação de 2005. A agenda 2006 engloba 121 proposições e tem como prioridades o aperfeiçoamento e a aprovação da lei geral para micro e pequenas empresas, definição do marco regulatório para o gás natural, novas regras para as agências reguladoras, novos padrões de demonstrações financeiras e contábeis, nova legislação para a defesa da concorrência, saneamento básico, novo marco para o licenciamento ambiental e o aperfeiçoamento do sistema político eleitoral.

De acordo com a assessora legislativa da Fieg, a abrangência dos projetos em tramitação exigiu a divisão por temas: regulação da economia; questões institucionais; legislação trabalhista; custo de financiamento; infra-estrutura; sistema tributário; infra-estrutura social; indicações setoriais.

A assessora enfatiza que apenas seis federações no País lançaram a agenda legislativa estadual, entre elas a Fieg. O seminário para elaboração da agenda 2006 está previsto para maio e o lançamento deve ocorrer ainda no primeiro semestre deste ano.

Ganhos econômicos e ambientais

Novo mecanismo de negociação traz, simultaneamente, segurança para o meio ambiente e renda para o empresariado

Em tempos de responsabilidade socioambiental, nada melhor que unir o lucro ao uso responsável de produtos industrializados, diminuindo a quantidade de material enviado para o lixo. Com esse objetivo, a Bolsa de Resíduos, resultante da parceria entre Fieg, Sebrae, Agência Goiana de Meio Ambiente (Agma) e Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), está disponível na internet desde o dia 12 de abril. Trata-se de estratégia de intercâmbio entre as empresas para a livre negociação de produtos e subprodutos de diferentes tipos, contemplados em sistema de classificação de materiais residuais e de máquinas ou equipamentos usados.

Avanços assim permitem o reaproveitamento de materiais descartados, que, no passado, eram considerados causadores de prejuízos para o meio ambiente. Cria-se, com isso, um novo instrumento de destinação adequada de resíduos, do ponto de vista ambiental, e de redução do passivo das empresas, sob o aspecto econômico, ao permitir menores custos de produção. "É uma espécie de classificados, uma conciliação dos ganhos econômicos com os ganhos ambientais", diz Elaine Lopes Noronha Farinelli, assessora técnica do Conselho Temático de Meio Ambiente da Fieg.

Encontradas em países como Estados Unidos, Espanha, Austrália e Alemanha, as bolsas de resíduos começam a se consolidar no Brasil. A inovação é uma realidade presente em todas as cinco regiões brasileiras. Agora, a Fieg leva a novidade para o público interessado, disseminando a prática inaugurada na década de 1980, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Ela é a nona federação de indústria no País a ter uma Bolsa de Resíduos, depois de experiências de sucesso verificadas em Estados como Amazonas, Ceará, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo.

A vantagem das bolsas está no custo de criação, que depende essencialmente de equipamentos de informática e software. Seu lançamento foi uma solução cobrada pelo próprio mercado, que acredita no seu crescimento, pois o potencial de comercialização é muito grande e a tendência é de multiplicação de adesões do setor produtivo. "É uma nova maneira de obter lucro reduzindo os custos", enfatiza Osmar Pires Júnior Martins, presidente da Agma. "O que é lixo para algumas empresas, não é para outras. E isso representa desenvolvimento em vários níveis: social, ambiental, econômi-

co e humano", acrescenta Leandro Gonçalves Oliveira, superintendente de Gestão e Proteção Ambiental da Semarh. Paulo Afonso Ferreira, presidente da Fieg, entende que os empresários goianos evoluíram muito e sabem que ignorar resíduos significa desperdiçar dinheiro. "Mais que procedimentos de punição, as questões ambientais devem representar mecanismos de incentivo e de conscientização".

O serviço é oferecido gratuitamente a todos os setores da economia (indústrias, associações, cooperativas e outros). Qualquer empresa ou pessoa física pode se cadastrar no endereço eletrônico www.sistemafieg.org.br. Os dados do registro ficam disponíveis na internet, discriminando a oferta e/ou a procura dos resíduos classificados em vários segmentos, como: madeira, mobiliário, metálicos, papel, papelão, petroquímica, química, farmacêutica, plásticos, têxtil, entre outros. "A ferramenta apresenta-se como um acervo de conhecimentos para a identificação de mercados potenciais para as sobras sólidas geradas nas operações fabris, estimulando seu aproveitamento econômico e difundindo a importância da cultura de gestão ambiental", informa Elaine.

A iniciativa faz parte de um programa nacional de combate ao desperdício na indústria, conhecido como Agenda 21, que sugere a elaboração de projetos que promovam o desenvolvimento sustentável no âmbito das macropolíticas federais, estaduais e municipais de estímulo à reciclagem. Também é influenciada pelos emergentes conceitos da ecologia industrial, que encaram a economia como um organismo vivo, em que as matérias-primas são consumidas e metabolizadas para a produção de bens e serviços, gerando sobras e emissões para a natureza. Uma das idéias centrais da disciplina é o remate dos ciclos nos sistemas industriais, à semelhança do que acontece na própria natureza. Assim, encoraja o estabelecimento de relações simbióticas entre empresas e indústrias, de modo que os subprodutos das atividades econômicas, que seriam desperdiçados e eliminados, possam ter um uso produtivo.

Elaine Lopes Farinelli: ambiente favorável

A Bolsa de Resíduos tem, inclusive, a função prática de representar um meio de formação de banco de dados dos resíduos gerados no Estado, que, segundo a Associação das Empresas de Reciclagem de Goiás (Asciclo), possuem aspectos quantitativos e qualitativos muito relevantes. A entidade informe que Goiás conta com cerca de 80 empresas de reciclagem, que empregam diretamente aproximadamente 2 mil pessoas e, indiretamente, 12 mil. A maior parte desses estabelecimentos está instalada em Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis. Os principais produtos reciclados são papel, papelão, plástico, ferro, alumínio e cobre. A Asciclo estima também um volume de recicláveis maior que 10 mil toneladas por mês no Estado.

Carlos Alberto Guimarães, diretor de Educação, Tecnologia e Políticas Públicas do Sebrae, lembra que a sociedade e as diversas cadeias produtivas goianas estão cada vez mais convencidas de que "na natureza, nada se perde, nada se cria, tudo se transforma". Dados da Bolsa de Resíduos goiana mostram que cerca de 35% do lixo coletado poderia ser reciclado ou reutilizado e outros 35% poderia virar adubo. Ou seja, 70% da poluição ambiental pode ser revertida em algo útil e limpo. Além disso, ressalta o desperdício de R$ 4,6 bilhões por ano no Brasil por ausência de procedimentos de reciclagem.

A geração de resíduos industriais perigosos no Brasil é da ordem de 2,7 milhões de toneladas anuais, conforme estimativas apresentadas no 2º Guia de Tecnologias Ambientais Brasil-Alemanha (2001-2002) e citadas pelo Informativo do Programa Bolsa de Resíduos & Negócios (Sebrae). Apenas 600 mil toneladas, o equivalente a 22% do total, têm tratamento, segundo a Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos Especiais.

A movimentação financeira vai com o tempo gerando zeros à direita. Entre 2002 e 2004, a Bolsa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) negociou cerca de R$ 20 milhões e estimou em R$ 200 milhões o volume de produtos reaproveitáveis em diferentes segmentos. A entidade paulista calcula valor de R$ 5 bilhões anuais para os resíduos reutilizáveis de todo o Brasil.■

Negociação urgente

Fieg reivindica licença de operação duradoura para empresas que obedecem à legislação ambiental em vigor

Como explica o próprio Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o licenciamento ambiental é uma obrigação prevista em lei e é procedimento anterior à instalação de qualquer atividade potencialmente poluidora ou degradadora da natureza. A licença possui como uma de suas mais expressivas características a participação social na tomada de decisões. Essa competência é compartilhada pelos órgãos estaduais de meio ambiente e pelo Ibama, em nível nacional, como partes integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama).

Até aí, está tudo certo. Mas, quando o assunto gira em torno da determinação do tempo cedido às empresas para operar com o consentimento oficial, surgem polêmicas, que, vale a pena lembrar, estão se tornando históricas. As principais diretrizes para a execução do licenciamento ambiental estão expressas na Lei 6.938/81 e nas Resoluções do Conama n.º 001/86 e n.º 237/97. Além dessas, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) emitiu recentemente o Parecer n.° 312, que discorre sobre a competência estadual e federal para o licenciamento, tendo como fundamento a abrangência do impacto.

De dispositivo de conscientização sobre a importância da preservação ambiental, o licenciamento no Brasil virou sinônimo de complicações, de ações arrastadas e de decisões tardias. O principal questionamento do setor empresarial é relativo ao prazo de validade da Licença de Operação (LO), que, segundo o terceiro parágrafo do artigo 18 da Resolução Conama 237, de 19 de dezembro de 1997, deve considerar os planos de controle ambiental e pode ser de, no mínimo, quatro anos e, no máximo, dez anos. Isso, na avaliação da assessora técnica do Conselho Temático de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Elaine Lopes Noronha Farinelli, não tem sido colocado em prática eficiente, o que provoca o descon-

Marcus Vinicius

Jalles Machado: usina detém certificação com base no padrão ISO 14000

tentamento das cadeias produtivas goianas. “Tudo poderia ser mais ágil. O que deve ser avaliada com urgência é a ampliação do prazo de validade do licenciamento para as empresas que respeitam todas as exigências e princípios de conservação da natureza”, sugere.

Para ela, os negócios que já possuem reconhecimento internacional de utilização de tecnologias limpas, otimização de processos e gerenciamento que alterem cada vez menos os recursos naturais existentes são automaticamente merecedores do benefício. “Uma empresa que tem uma certificação importantíssima como a ISO 14000, por exemplo, tem um compromisso com a própria estrutura, com a sociedade e com o meio ambiente”, defende Elaine. Em sua opinião, exemplo assim conta com a implantação do sistema de gestão ambiental, subentendendo-se que ele, obrigatoriamente, analisa todos seus processos, colocando-os de acordo com as exigências legais de melhorias contínuas. “Até porque, existe uma fiscalização anual rigorosa por parte da certificadora. Para conseguir uma confirmação deste nível, a empresa fica inteiramente comprometida. No meu entender e na análise de muitos empresários e técnicos da área, não há necessidade de, a cada dois anos, ela precisar ‘mover montanhas’ para conseguir operar. Ela possui mais qualidades que a fazem ter direito a um tempo maior”. A Sama, Jalles Machado, Anglo América, Copebrás e Caramuru são empresas que esperam os resultados dessas considerações. Todas elas possuem ISO 14000, também chamada de selo verde. “Até 2004, somente a Sama tinha a certificação. Depois disso, no ano seguinte, outras quatro obtiveram o selo”, lembra.

Casos como o da Nestlé e o da Unilever, certificadas internacionalmente nos moldes da ISO 14000 por serem multinacionais e estarem sujeitas às imposições estruturais que vêm da matriz, precisam, na visão de Farinelli, da ampliação do prazo para operação legal, pois apresentam iniciativas de adequação às leis e servem de modelo para outras empresas.

Os órgãos ambientais reúnem outras dificuldades que tornam o processo mais demorado. O número insuficiente de fiscais é uma delas. Para aprovar um licenciamento, é aconselhável que se conheça “a instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso”. É o que diz a lei. “Mas, sendo o prazo muito curto e o número de técnicos reduzido, quando são finalizadas todas as etapas para o licenciamento, um monte de outras empresas aguarda a vistoria, uma espera que pode durar meses”, conta Farinelli. “Às vezes não tem carro, não tem técnico, não tem gasolina. É muito complicado”, acrescenta.

Com o objetivo de resolver esse problema, a Fieg vem, há mais de um ano, trabalhando com a Agência Ambiental no sentido de agilizar os processos, de eliminar documentos desnecessários e de ampliar essa licença para empresas que tenham implantado melhorias e tecnologias ambientais. “Estamos negociando. Osmar Pires, presidente da Agma, respondeu que vai resolver essas questões, mediante discussão com cada segmento”, anima-se Farinelli.

Marcus Vinicius

Unilever Bestfoods: fábrica de Goiânia segue determinações ambientais da matriz

Um pólo de excelência

Politec prepara arrancada para tornar-se competidora de classe mundial. LG Informática inova e consolida liderança, agora em ambiente web

Líderes em suas respectivas áreas, a Politec e a LG Informática, goianas de nascimento, preparam-se para alçar vôos ainda mais ambiciosos nos próximos anos. No primeiro caso, a maior empresa de capital nacional do setor de prestação de serviços de tecnologia da informação traça planos para se transformar numa competidora de classe mundial, incrementando seus projetos de expansão fora do País. No segundo, uma das maiores fornecedoras de soluções integradas para o setor de recursos humanos busca consolidar sua liderança e desenvolve uma nova suíte de ferramentas de trabalho para modernizar sua linha de produtos, adequando-os ao ambiente web.

Divulgação

LG Informática: previsão de crescimento de 30% neste ano

O intenso movimento de migração do mercado corporativo em direção a plataformas descentralizadas, com tecnologia cliente-servidor, em substituição aos grandes sistemas (mainframes), em linguagem DOS, verificado na metade final dos anos 90, já se esgotou, avalia o diretor de Mercado da LG Informática, Gustavo Reis Teixeira. "As grandes empresas já fizeram essa migração. Os retardatários têm demonstrado grande cautela, enquanto o mercado fornecedor de tecnologia experimenta uma tendência crescente à concentração", acrescenta.

Isso, obviamente, não esgota as possibilidades de crescimento, mas obriga as empresas do setor a uma ginástica para conseguir bater a concorrência. A empresa responde hoje pelo processamento da folha de um total bastante próximo a 850 mil empregados – a grande maioria no setor privado. As previsões de crescimento do mercado de trabalho inflam as previsões para este ano, quando a LG espera ampliar seu faturamento em pelo menos 30%, saindo de R$ 18,5 milhões em 2005 (quando já havia crescido 20%) para quase R$ 24 milhões. O carro-chefe de vendas é o sistema FPw Folha de Pagamento, já em sua versão 5.3. "Nossos clientes recebem novos releases do programa a cada dois meses, incorporando todas as mudanças na legislação", conta Teixeira.

Segundo ele, o FPw foi concebido em 1992, quando a empresa redesenhou seu planejamento estratégico, diante da queda virtual da reserva de mercado, passando a concentrar sua atuação como desenvolvedora de soluções para a área de recursos humanos. Lançado em 1994, o programa foi um dos primeiros a incorporar interface gráfica, em ambiente Windows, e tecnologia cliente-servidor, antecipando-se a uma

A receita da Politec

(Valores em milhões de reais)

Ano	Faturamento	Variação (%)
1995	19,0	-
1996	30,0	+67,0
1997	56,0	+87,0
1998	108,0	+92,8
1999	135,0	+25,0
2000	184,0	+36,3
2001	237,0	+28,8
2002	328,0	+38,4
2003*	413,0	+26,0
2004*	431,0	+4,3
2005	478,0	+11,0
2006**	580,0	+25,0

(*) Números estimados - (**) Previsão - Fonte: Empresa/Politec News

tendência que se tornaria dominante nos anos seguintes.

Explorando nichos no mercado corporativo como fornecedora de soluções tecnologicamente mais ágeis e mais próximas das necessidades do mercado, a custos mais baixos, a LG volta a antecipar-se ao preparar a migração rumo à tecnologia web. "Passaremos a ser muito mais fornecedores de ferramentas de trabalho do que de produtos, numa decisão estratégica. Assim como os centros de processamento de dados desapareceram, o setor de recursos humanos (RH), dentro das empresas, tendem a trilhar o mesmo destino", avalia Teixeira.

Em sua visão, as funções tradicionais de um profissional de RH deverão migrar para gestores de cada área dentro das empresas e até mesmo para cada funcionário, que passariam a assumir o papel de executor da política de pessoal. "O setor RH tenderá a se concentrar, cada vez mais, na tarefa de formulador daquelas políticas", arremata Teixeira. Para consolidar sua estratégia, a LG já opera o Portal RH, uma ferramenta de auto-atendimento que franquia o acesso a qualquer empregado.

Criada há quase 21 anos, em Goiânia (GO), a LG expandiu fortemente sua área de atuação a partir de 1997, quando ampliou sua base de operações para quase todo o País. A empresa, surgida como uma revenda de micros da Cisco, ainda nos tempos da reserva de mercado para a indústria nacional de informática, especializou-se, desde 1992, no desenvolvimento de sistemas estratégicos de automação de rotinas, gestão de pessoal e de recursos humanos.

Em 2003, acrescentou a sua carteira de clientes, já recheada com empresas do porte da AmBev, Santander/Banespa, Brasil Telecom, Carrefour, Caterpillar, Embraer, Rede Globo, Telefônica, Fiat, Johnson & Johnson, Volkswagen, Votorantim e quase 500 outras, a Magnetti Marelli (grupo Fiat), Bardella, Intelig, TIM, Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) . Mais recentemente, incorporou a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), ligada ao governo de São Paulo, Leroy Merlin, Grupo Positivo, Caramuru Alimentos, GVT, Organização Jaime Câmara, Spaipa, Grupo Aralco, Nogueira Rivelli, Banco Bonsucesso, Mecanorte, Prefeitura de Guarujá, Ministério Público de Roraima e Tribunal de Justiça da Bahia, num total de quase cinco centenas de clientes ativos (200 dos quais com mais de mil funcionários).

No ano passado, a empresa aumentou em 57% seu quadro de funcionários, ampliou os escritórios do Rio de Janeiro e de São Paulo, construiu um novo prédio em Goiânia, de acordo com sua assessoria, dando suporte ao incremento do mercado. Com filiais em São Paulo (SP), mercado que responde por metade das vendas da LG, Rio de Janeiro (RJ) e Curiti-

Divulgação

Politec: Fábrica de Software recebe certificação CMMi 5

ba (PR), e representantes em Minas Gerais, Bahia, Ceará e Pernambuco, a empresa emprega mais de 200 pessoas e identifica uma forte necessidade de formação de profissionais e especialistas em desenvolvimento de softwares. Por isso, mantém programas de formação e qualificação, em parceria com universidades e com o Senai.

POLITEC - Criada em 1970, em Goiânia (GO), a Politec iniciou sua expansão internacional no final dos anos 90, quando comprou a norte-americana Sinergy, transformada na Politec, Inc., com sede em Washington. A estratégia foi incrementada a partir de 2003, quando o desaquecimento relativo do mercado doméstico levou a empresa a prospectar oportunidades de negócios fora do País, oferecendo soluções tecnológicas de ponta.

Naquele ano, foi lançado um software para reconhecimento biométrico a partir da íris humana, produto nascido das pranchetas dos especialistas da Politec, numa associação com a Panasonic. Com aplicações na área de segurança, o sistema permitiu à empresa goiana fechar contratos com o Federal Bureau of Investigation (FBI), com o Departamento de Estado e a Marinha norte-americanos, embaixadas daquele país ao redor do mundo, Computer Associates (CA) e outros clientes de porte similar.

Em abril do ano passado, a Politec fincou sua bandeira na China, numa parceria com o governo de Shenyang, onde os chineses desenvolvem um centro de produção de tecnologia. A expectativa, a partir desse contrato, é de que a empresa consiga multiplicar por 10 seu faturamento no exterior, atingindo perto de US$ 100 milhões no final de 2007.

Recentemente, segundo a Diretoria de Negócios Internacionais da Politec, a empresa remodelou sua atuação nos EUA, buscando ampliar o portfólio de serviços "para ir além de soluções de segurança e incorporar sua oferta de outsourcing (terceirização) com um conceito de 'nearshore' – trazer serviços de TI para serem desenvolvidos no Brasil –, além de reforçar a equipe comercial da subsidiária norte-americana". Foi aberto ainda novo escritório no Japão e firmadas parcerias com empresas líderes na China e na Europa. "Com isso, a Politec passou a estar presente de forma direta e consistente nos principais mercados demandantes por tecnologia da informação no globo", destaca a diretoria.

Divulgação

Teixeira: mudança estrutural no setor de RH

De olho nas possibilidades ainda oferecidas no front interno, o Grupo Politec decidiu criar duas empresas, uma voltada especificamente para soluções SAP (a PoliCS) e segunda dedicada a soluções de governança corporativa (WebGovernance). Às vésperas de seu 36º aniversário, a Politec espera saltar mais 25% neste ano, atingindo um faturamento superior a meio bilhão de reais, depois de crescer 11% em 2005, com receitas brutas de R$ 478,0 milhões e investimentos de R$ 7,5 milhões.

Antes de convalidar suas previsões, a empresa já tem o que comemorar em 2006. Com filiais em 13 Estados, num total de 17 escritórios no Brasil, além da subsidiária Politec, Inc. e de uma divisão na região de Chiba, no Japão, a empresa goiana foi a única representante brasileira citada pela revista *BussinessWeek*, em sua edição de 30 de janeiro. Numa reportagem especial sobre o futuro do outsourcing no mundo, a Politec surge em segundo lugar num ranking de fornecedores de soluções tecnológicas considerados "competidores emergentes". A lista reúne empresas da China, Rússia e do México, entre outras 15 corporações. A meta da empresa, daqui em diante, é ser incluída na relação de competidores globais já consolidados.

Líder nacional nas áreas de outsourcing e de gestão eletrônica de documentos, a Fábrica de Software da Politec em Brasília alcançou certificação no nível cinco do CMM (Capability Maturity Model ou, na versão em português, Modelo de Maturidade de Capacidade de Software), conferida pelo Instituto de Engenharia de Software (Software Engineering Institute ou SEI, na sigla em inglês).

O sistema de certificação foi criado por exigência do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, que precisava de um método eficaz para avaliar a capacidade de seus fornecedores de softwares. ■

Um ano para comemorar

Emege completa 50 anos em boa forma, depois de ampla reestruturação interna, e espera crescer 30% em 2006

O meio século de história da Emege Produtos Alimentícios foi comemorado discretamente, no último dia 22 de março, em Goiânia (GO), onde a empresa está sediada. Foi uma opção da diretoria depois de uma fase de ampla reestruturação interna. "Estamos concentrados, neste momento, na consolidação das modificações estruturais que fizemos nos últimos meses, preparando o terreno para um crescimento que deverá se aproximar de 30% em 2006", antecipa Franco Grassi, diretor-presidente da Emege.

Com participação de 50% no mercado de macarrão no Centro-Oeste, líder de vendas em Manaus (AM) e no Acre, a Emege enfrentou rigorosa dieta no ano passado, cumprindo uma decisão estratégica adotada a partir de abril de 2005. A empresa recolocou as operações de distribuição e de varejo no foco principal de seu negócio, centrado nos mercados de massas e misturas para bolos, e desfez-se da unidade de Valinhos, no interior de São Paulo, e da Reimassas Produtos Alimentícios, de Uberlândia (MG), vendida para um grupo de investidores no início de 2005.

O passo seguinte foi acertar, em março do ano passado, o arrendamento do moinho de Goiânia para a Cargill, num contrato de seis anos que assegura opção de compra à multinacional. A Cargill assumiu a operação do moinho em abril daquele ano, passando a fornecer farinha de trigo e farinha para misturas domésticas à própria Emege, que responde pela distribuição final. A unidade tem capacidade para processar 900 toneladas por dia, num crescimento de nada menos do que 30 vezes desde a inauguração da fábrica - então Moinho Goiás Ltda - em março de 1956.

Franco Grassi: linha inédita de produtos vai diversificar o mix da empresa neste ano

"O negócio de moinhos transformou-se praticamente numa commodity", esclarece Grassi. Em todo o mundo, a originação do trigo e seu transporte estão concentrados nas mãos de grandes corporações e tradings, que operam em alta escala, transacionando centenas ou milhares de toneladas por mês, como Bunge, ADM e a própria Cargill. "Não havia mais justificativa concreta para continuarmos tocando o moinho. Não tínhamos capacidade logística para negociar trigo e nem este era nosso negócio principal. Retomamos nossa especialidade, que é distribuição e varejo", detalha Grassi.

A Emege decidiu concentrar-se na consolidação da reestruturação em curso. "Temos hoje uma boa situação financeira, com eficiência industrial e comercial, preços competitivos e lucratividade muito boa", aponta Grassi.

Os lançamentos previstos para 2006 vão contemplar um macarrão com molho semi-pronto e uma linha inédita, ainda sob sigilo, destinada a diversificar o mix de produtos da Emege. Economista, com formação em Pavia, na Itália, com curso de Marketing e inglês no Canadá, paulista de nascimento, Grassi assumiu a presidência da empresa em 1986, sucedendo o pai e fundador do moinho, Aldo Grassi. O patriarca desembarcou no Brasil no começo dos anos 50, vindo da Itália, onde a família controlava a Ocrim SPa, na região de Cremona, uma fábrica de máquinas e equipamentos para a indústria do trigo.

No Brasil, Aldo instalou duas unidades do então Moinho Ocrim em Jaguaré (SP) e Belém (PA). Em Goiás, foi convencido por Pedro Ludovico, fundador de Goiânia e interventor no Estado, a implantar um moinho na capital, em 1956. Seis anos mais tarde, seria inaugurado o pastifício, com capacidade inicial para 50 toneladas por mês. Modernizada e integramente remontada, a linha de massas está pronta para processar, neste ano, quase 3 mil toneladas por mês. ■

Click Digital

Luziânia: plataforma de comercialização pode aumentar lucro dos produtores

Vocação regional

APL explora vocação local, descentraliza a criação de empregos e redistribui a renda, gerando crescimento com maior equilíbrio

Cidades carentes de investimentos, mas com potencialidades econômicas, são os principais alvos do Programa de Desenvolvimento Econômico do Arranjo Produtivo Local (APL), modelo adotado para gerar desenvolvimento econômico e social regionalmente, criando oportunidades de emprego e renda de forma descentralizada. Com esse intuito, o Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste/Gerência da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), firmou parcerias com Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) de Goiás no final de 2004. O ministério participa com 90% dos recursos e o Sistema Fieg assume 10%.

Até então, relembra o gerente da Ride, Fernando Safatle Netto, o ministério estabelecia convênios para repasse de recursos às prefeituras, mas não havia a preocupação em definir objetivos específicos. "O APL é a mais direta inserção do MI na economia local e sua forma mais eficaz. Acreditamos que assim possamos promover mais resultados, pois o programa busca oferecer sustentabilidade aos segmentos produtivos que têm evidência local, organizá-los e torná-los competitivos. O APL bem estruturado movimenta todos os elos da cadeia produtiva da economia regional e garante a geração de emprego e renda para a população", afirma.

Segundo o coordenador de projetos do Senai Goiás, Vivaldo Matos Filho, arranjos produtivos locais podem ser definidos como "aglomerações de empresas, instaladas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si

e com outros agentes, instituições de ensino e pesquisa, inclusive com o governo". Por especialização produtiva, entende-se a vocação econômica identificada em um município ou região, como os casos dos APLs já em desenvolvimento nas cidades de Pirenópolis (quartzito), Águas Lindas (confecções), Valparaíso de Goiás (móveis), Cristalina (artesanato mineral) e Luziânia (fruticultura).

O programa de APL segue etapas necessárias para alavancar o desenvolvimento do setor produtivo escolhido. Matos Filho destaca que o primeiro passo para definição de estratégias de atuação é o diagnóstico da realidade local e regional, com identificação de possíveis gargalos como problemas de capacitação tecnológica ou técnica e gerencial. "Os problemas enfrentados pelas pequenas empresas, principais participantes do programa, são conhecidos, envolvendo desde o desenvolvimento de recursos humanos e o acesso ao crédito até a comercialização do produto final. Para solucionar cada um deles, procuramos ajuda dos parceiros incluídos no programa, que se reúnem em um comitê gestor composto por representantes de diversos segmentos governamentais e empresariais", comenta.

Segundo ele, cada parceiro contribui com o que tem de melhor. Por exemplo, o Senai oferece capacitação técnica e tecnológica, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Goiás (Sebrae) garante a capacitação gerencial e o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, o acesso ao crédito. De acordo com o coordenador de projetos do Senai Goiás, o programa promove eventos de mobilização para melhor organizar o APL, difundir o cooperativismo e o associativismo. "O ponto mais importante é incentivar a consciência do coletivo, a necessidade de congregar forças em prol de melhorias coletivas e do fortalecimento da economia local por meio de geração de renda e emprego", afirma.

Fieg

Safatle, gerente da Ride: inserção direta

Lorena de Paula

Vivaldo: aglutinar forças para reforçar a economia local

Como parte do incentivo à formação ou fortalecimento de cooperativas e associações, há a capacitação constante de recursos humanos, treinamento em gestão de cooperativas, além de visitas a outros APLs bem-sucedidos como estratégia de motivação e transferência de conhecimento para pequenos empresários. Outro ponto importante é buscar melhorias técnicas e tecnológicas dos processos produtivos para aumentar a competitividade dos produtos de cada localidade, o que é assegurado com a execução de cursos definidos segundo as demandas identificadas.

Matos Filho ressalta que a organização do APL inclui ainda a promoção e o fortalecimento da comercialização por meio da formulação de estratégias conjuntas de venda , incentivo à organização de centrais de negócios para assegurar o acesso a novos mercados, participação dos APLs em feiras nacionais e internacionais, criação de sites, showroom de produtos e de marca dos produtos. Uma demanda já identificada pelo Senai é a necessidade de enfocar a questão do design de produtos como diferencial para as pequenas empresas.

Em Goiás, o programa APL já contemplou cinco cidades. Em Pirenópolis, desenvolve-se um arranjo reunindo empresas que utilizam o quartzito como matéria-prima. O APL de Valparaíso agrega fabricantes de móveis. Em Águas Lindas, Cristalina e Luziânia, incrementando a vocação da economia local, foram instalados, respectivamente, arranjos nos setores de confecções, artesanato mineral (diante das reservas de cristal de rocha) e fruticultura.

O caminho das pedras

Há pelo menos cem anos, o município de Pirenópolis investe na extração de quartzito, rocha ornamental usada em revestimentos e pisos mobiliários. De acordo com o coordenador de projetos do Senai Goiás, Vivaldo Matos Filho, esta vocação econômica despertou o interesse da Ride em organizar um arranjo produtivo para exploração do setor. Em fevereiro de 2005, após concluído o diagnóstico, o comitê gestor do programa iniciou ações para fortalecer a atividade, com a formação da cooperativa dos mineradores autônomos e o projeto de transformação dos resíduos da pedreira em areia, planejado pela Secretaria da Indústria e Comércio e a ser financiado pelo Fundo de Fomento à Mineração (Funmineral).

Como coordenador do comitê, o Senai iniciou a mobilização dos empresários e mineradores autônomos para a profissionalização da atividade extrativa, colocando consultores à disposição, assim como seus parceiros, para capacitação dos cooperados e profissionais do setor. Segundo o presidente da Associação dos Mineradores de Pirenópolis (Amip), Johannes Rommel Batista Jaime, o trabalho de mobilização incentivado pelo programa tem aumentado a adesão dos trabalhadores e empresas à Amip e à Cooperativa de Pedras de Pirenópolis (Coopepi). Segundo Batista, houve aumento de até 70% na adesão dos trabalhadores desde o começo das atividades do APL. A Amip inclui os proprietários de pedreiras particulares (localizadas dentro de propriedades rurais e de menor porte) e empresas mineradoras, além dos mineradores autônomos reunidos na Coopepi.

O presidente da Coopepi, Carlos Edmar de Araújo, o Edinho, ressalta que atualmente estão registrados na cooperativa 24 extratores autônomos, coincidentemente os fundadores, e já fizeram matrícula mais 140 pessoas, que aguardam o registro na Junta Comercial de Goiás (Juceg). Araújo estima que, em Pirenópolis, 70% da população depende da extração de quartzito, são cerca de 350 pequenos extratores, além dos trabalhadores envolvidos no transporte da pedra como carregadores dos caminhões. Desse total, já participaram dos cursos de cooperativismo, associativismo e gestão de empresas cerca de 110 pessoas. Ele explica que os interessados em ingressar na cooperativa devem fazer primeiro os cursos para conhecer o estatuto da cooperativa, as normas de funcionamento e as vantagens de se participar da entidade.

Outro resultado da implantação do APL foi a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a prefeitura de Pirenópolis, empresários do setor, Ministério Público de Goiás, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para adequação da extração e produção das pedras às leis ambientais e trabalhistas. Matos Filho afirma que o projeto de construção de usina de produção de areia a partir dos resíduos, sob a responsabilidade do Funmineral, auxiliará na redução dos impactos ambientais e a venda de areia poderá ser uma futura fonte de renda para os extratores.

Matos Filho destaca ainda a transferência da gestão da antiga Pedreira da Prefeitura, a principal da cidade, para a Amip em outubro de 2005. Para o presidente da Coopepi, a decisão trouxe mais segurança aos trabalhadores e melhoria nas condições de trabalho, registrando-se a doação de um ônibus para transporte

Click Digital

Pirenópolis: pedreira da prefeitura, transferida para mineradores, garante renda a moradores

dos extratores. Já estão em andamento a sinalização das estradas internas, organização do posto de arrecadação e investimentos em infra-estrutura como poço artesiano e posto de saúde para primeiros socorros.

De acordo com Batista, o programa incentivou as exportações ao viabilizar a participação de associados na Feira de Nuremberg, na Alemanha, em maio de 2005. A iniciativa foi fruto da parceria entre a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), a Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais (Abirochas) e o Sindicato da Indústria de Rochas Ornamentais de Goiás (Simagran-GO). Segundo o presidente da Amip, a feira permitiu os primeiros contratos internacionais firmados pela associação. Foram despachados 20 contêineres de quartzito em 2005 para clientes na Alemanha, Itália, Suíça e Espanha, e mais três contêineres foram embarcados até março deste ano.

Representantes da Coopepi e Amip também participaram da 7ª Feira Nacional de Habitação e Construção (Habitacon), em Brasília. Matos Filho ressalta que o programa viabilizou um estande do Quartzito Goiás e a participação de 16 mineradores de Pirenópolis na feira, além de garantir a visita ao APL de São Thomé das Letras, em Minas Gerais, onde empresários conheceram o sistema de produção e a realidade local, uma experiência bem-sucedida de organização e gestão de uma pedreira.

Recursos para os arranjos produtivos

(Valores em mil reais, em 2005)

Pirenópolis	525,56
Cristalina	611,00
Águas Lindas	355,30
Luziânia	326,00
Valparaíso	661,11

Fonte: Senai Goiás

Click Digital

Artesanato em quartzo

O município de Cristalina apresenta a maior jazida de quartzo incolor (óxido de silício) do Brasil, uma espécie de cristal usada como matéria-prima na elaboração de jóias e peças de decoração. A proposta era transformar o recurso em mais uma fonte de renda. De acordo com Fernando Safatle Netto, gerente da Ride, o Ministério da Integração Nacional percebeu a demanda do município e decidiu organizar o arranjo produtivo local de artesanato mineral em abril de 2005.

Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos (IBGM), um dos parceiros do programa em Cristalina, realizado em 2004, a lapidação e fabricação de obras e artefatos de pedras no Brasil são feitas por pequenas indústrias, com até 20 empregados, que representam 73% do universo dos fabricantes. O segmento mineral, ainda de acordo com o estudo, enfrenta dificuldades como reduzido nível de investimentos, inadequação tributária e impacto ambiental.

O coordenador de projetos do Senai, Vivaldo Matos Filho, reconhece essas dificuldades e afirma que organizar o segmento é um dos passos mais importantes para se estruturar a atividade em Cristalina. Para isso foram desenvolvidos cursos de capacitação em cooperativismo e planejamento estratégico para os membros da cooperativa de garimpeiros e artesãos, visando fortalecer a entidade. Outra atividade em desenvolvimento é a capacitação em design em artesanato mineral, essencial para assegurar a melhoria da competitividade nos mercados regional e nacional.

Além das consultorias tecnológicas oferecidas para melhorar os processos produtivos, o programa viabilizou a viagem ao APL de Soledade, no Rio Grande do Sul, dedicado à produção de gemas e jóias, agendada para 1º a 7 de maio. O roteiro inclui, além de Soledade, as cidades de Ametista do Sul e Lajeado, para que os participantes conheçam um arranjo bem-sucedido do mesmo tipo, participação na 6ª Feira Internacional de Gemas e Minerais, em Soledade. Matos Filho enfatiza que os próximos passos são capacitação em artesanato, jóias, criação de site e participação em feira nacional.

Segundo Caio Lira Fleury, secretário do Meio Ambiente, Recursos Naturais e Turismo do município de Cristalina, o arranjo em implantação na cidade tem caminhado relativamente bem e as expectativas para este ano são boas. Já foram promovidos três cursos, para 60 pessoas, sobre design, lapidação e cooperativismo. “A cooperativa está montada e estamos buscando os garimpos para tentar concentrar a extração em uma região. Em julho de 2005, promovemos a primeira feira do município, a Feacris. Ali, foram apresentados os produtos criados durante o primeiro curso e as vendas atingiram R$ 380 mil em três dias de evento”, ressalta o secretário.

Novos convênios: recursos e apoio para arranjos produtivos em quatro municípios

Novos convênios

Diante dos avanços já observados no Estado, outros municípios goianos foram contemplados pelo programa. A assinatura dos novos convênios ocorreu em 30 de março, no auditório João Bennio, da Fieg. Prestigiaram o evento o presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, os deputados federais Barbosa Neto e Rubens Otoni, o presidente da Agência Goiana de Desenvolvimento Regional (AGDR), João Bosco Umbelino, e representantes das cidades atendidas.

Para o município de Águas Lindas, já beneficiado anteriormente, foram destinados R$ 177,501 mil para a compra de máquinas e equipamentos para a unidade de produção a ser instalada na cidade. Vivaldo Matos Filho, coordenador de projetos do Senai Goiás, ressalta que, no caso de Cidade Ocidental, a meta é organizar o setor de artesanato a fim de gerar emprego e renda para a população local. Durante 12 meses, os gestores do projeto (Senai Goiás e Sebrae) irão promover a instalação da cooperativa dos artesãos, oferecendo capacitação nas áreas de design, desenho, modelagem, confecção de bolsas e acessórios em couro, dentre outras atividades.

O segmento de confecções é o foco de atuação de dois novos APLs: Catalão e Novo Gama. Segundo o secretário da Indústria, Comércio e Turismo de Novo Gama, Francisco Mignal Barbosa, o município tem a maior feira da região – a Feira do Pedregal, em atividade desde 1975, e que reúne 2.200 bancas, sendo uma média de mil bancas só de confecções, com participação de empresários de outras cidades. O programa deve beneficiar cerca de 500 pessoas, muitas delas poderão sair da informalidade, já que existem apenas 13 indústrias de confecções cadastradas junto à prefeitura, de um total estimado em 50. Ele espera que o desenvolvimento do programa ajude a empregar, principalmente, mulheres que não podem deixar seus filhos para trabalhar em Brasília e que, com a abertura de novas confecções, poderão permanecer em Novo Gama.

Em Catalão, o segmento tem aumentado sua participação na economia da cidade desde 2000. O secretário da Indústria e Comércio do município, Cláudio Henrique Chini, destaca que o pólo tem se fortalecido com a atuação da União dos Confeccionistas (Unicon), que atualmente reúne cerca de 30 empresários. O setor de confecções é dos que, proporcionalmente, emprega mais mão-de-obra. Cerca de 1.500 pessoas estão lotadas nas fábricas.

Confecções, a nova aposta

A proximidade de Brasília provocou um aumento demográfico significativo e problemas mais comuns a grandes centros, como desemprego e violência. De acordo com Vivaldo Matos Filho, coordenador de projetos do Senai, o Ministério da Integração Nacional identificou o potencial de Águas Lindas na área de confecções, onde já se registrava a presença de pequenas empresas e costureiras informais. “O programa tem trazido mais uma alternativa de renda e emprego para o município, criando oportunidades de capacitação profissional para um grande contingente de pessoas carentes e de inclusão social da população desempregada”, enfatiza.

Em desenvolvimento desde fevereiro de 2005, o programa já investiu na capacitação técnica de mais de 300 pessoas nas áreas de design, modelagem, costura plana, corte industrial, costura de roupas íntimas e mecânica de máquinas industriais. Matos Filho afirma que, como parte do trabalho de sensibilização e fortalecimento do cooperativismo como fator de integração e de desenvolvimento compartilhado do setor, foram promovidos os cursos de formação de preços e

Fieg

Geni: pólo de confecções do Entorno

administração de produção. “A capacitação foi promovida com foco nas necessidades da indústria e da população para desenvolvimento local”, ressalta o coordenador.

Segundo Geni Galhardo de Sá, coordenadora dos cursos de ação social da prefeitura municipal de Águas Lindas, decidiu-se pela montagem de uma cooperativa, hoje com 75 participantes, para agregar os profissionais da área de confecção do município. A prefeitura cedeu o espaço para a montagem da estrutura industrial. “Esperamos que, com o desenvolvimento do APL, Águas Lindas se torne o pólo da confecção na região do Entorno”, enfatiza a coordenadora.

Matos Filho afirma que, com os recursos do primeiro projeto - R$ 355,3 mil – ainda falta concluir a Central de Negócios para fortalecimento da comercialização. “Já o segundo convênio, de R$ 177,501 mil, será destinado à compra de equipamentos e mobiliário para montagem da unidade fabril da cooperativa. Com a produção estruturada, poderemos incentivar a participação em feiras, lançamentos de produtos no mercado e outras questões relacionadas à promoção da comercialização”, aposta.

Móveis com marca

Também localizado no Entorno do Distrito Federal, o município de Valparaíso de Goiás abriga, entre outros, artesãos e empresários dedicados à produção de móveis. Em 2005, o Ministério da Integração Nacional decidiu investir na organização de um arranjo produtivo para o setor moveleiro. Ainda em fase de estruturação, o programa trabalha na mobilização dos empresários, com a realização de reuniões para fortalecimento do cooperativismo. Vivaldo Matos Filho destaca a falta de estruturação do setor, a existência de uma cooperativa pouco expressiva e o baixo nível de conhecimento a respeito de cooperativismo na região. “Já estamos desenvolvendo o curso de qualificação em gestão cooperativa para os moveleiros e iremos investir ainda neste primeiro momento em capacitação técnica e gerencial, assistência técnica e tecnológica e participação em feiras. Na próxima etapa, nos dedicaremos à criação da marca Móvel de Valparaíso de Goiás”, explica.

Há nove anos no mercado, o empresário Silas Gomes de Oliveira afirma que o APL do setor moveleiro está na fase da mobilização, em que os pequenos empresários estão se conscientizando da necessidade de trabalhar em conjunto para assegurar maior poder de barganha. Oliveira dedica-se há nove anos ao setor de vendas e fabricação de móveis escolares, de escritórios e hospitalares. “Em Valparaíso, somos mais de 130 pequenas empresas, registradas ou não, que exploram o mesmo ramo. São pequenos artesãos que, com o fortalecimento da cooperativa, a união de forças, passaram a enxergar a possibilidade de se desenvolver e continuar a ser artistas. Com o trabalho em equipe, podemos fazer intercâmbio de pedidos, por exemplo. Quando recebo um pedido que não posso atender, repasso a encomenda para outro associado da cooperativa”, ressalta o empresário. Como resultado prático, a prefeitura do município já destacou o terreno para a construção da sede da cooperativa. ■

Click Digital

Valparaíso de Goiás: indústria moveleira começa a se organizar

Solução energética para o mundo

JARDEL ALMEIDA

O mercado mundial de combustíveis descobriu o etanol. Os altos preços do petróleo, com picos de US$ 70 e previsão de atingir até US$ 100 o barril, estão forçando grandes economias, como Estados Unidos e União Européia, a repensarem sua matriz energética. A preocupação com o meio ambiente também é um incentivo na busca de combustíveis renováveis alternativos, mas a perspectiva de maior dependência do petróleo importado e mais caro é, sem dúvida, o responsável por esse interesse. Nesse contexto, o Brasil aparece como referência para o mundo, com 30 anos de experiência na produção de etanol a partir da cana-de-açúcar, a custo mais competitivo.

Segundo Jacyr Costa Filho, diretor presidente da Sociedade Corretora de Álcool (SCA), o mercado brasileiro deu um salto com o lançamento da tecnologia flex fuel, permitindo ao consumidor escolher o combustível que quer usar no momento de abastecer seu carro - uma vantagem que ainda não é oferecida a nenhum outro consumidor no mundo. No Brasil, mais de 75% dos carros novos saem das fábricas com motor flex e as projeções apontam para cerca de 10,4 milhões de veículos em 2011.

Com a demanda crescente no mercado doméstico e a abertura de novos mercados na Ásia e Europa, a produção brasileira de cana-de-açúcar terá de aumentar cerca de 50% nos próximos cinco anos, passando de aproximadamente 385 milhões de toneladas para 570 milhões de toneladas em 2010. Ainda nesta safra (2006/2007), 21 novas destilarias devem começar a operar e mais 11 na safra que vem. No total, são 94 novos projetos em diversas fases de elaboração, que deverão receber investimentos da ordem de US$ 10 bilhões. Esse aquecimento no mercado tem uma razão muito clara: o crescimento do mercado de etanol é irreversível.

Se comparado ao mercado global de gasolina, no qual apenas Estados Unidos, Japão, Canadá e China são responsáveis por um consumo de mais de 630 bilhões de litros por ano, o etanol ainda é uma solução pouco utilizada. Por outro lado, seu potencial de crescimento é imenso, já que, somente para uma mistura de 10% de etanol nessa gasolina, seriam necessários 63 bilhões de litros do produto, quantidade quase quatro vezes superior a toda produção brasileira.

> "A mistura de 10% de etanol na gasolina consumida nos EUA, Japão, Canadá e China criaria um mercado de 63 bilhões de litros"

Costa Filho relata que os produtores de etanol brasileiros têm consciência de que será preciso muito investimento e aumento de produção para conquistar a confiança e garantir o abastecimento do mercado internacional. O governo brasileiro também sabe que o Brasil reúne as melhores condições para sustentar esse mercado em expansão. Especialistas de todo País são unânimes em afirmar que a experiência brasileira é a melhor saída para a atual crise do petróleo, já que é o programa de combustível alternativo mais desenvolvido no mundo.

Em Goiás, a safra 2006/2007 da cana-de-açúcar de Goiás começou oficialmente no dia 5 de abril, na Jalles Machado S/A, no município de Goianésia, distante a 174 quilômetros de Goiânia. O evento ganhou notoriedade em razão da antecipação da safra, numa contribuição do setor para a normalização dos estoques de álcool carburante e conseqüente redução do preço do produto para o consumidor final.

A Jalles Machado, que é uma das maiores empresas do setor sucroalcooleiro do Estado de Goiás, estima colher na safra atual 1,860 milhão de toneladas de cana para um processamento acima de 3 milhões de sacas de 50 quilos de açúcar, 65 mil metros cúbicos de álcool, além da produção de energia para consumo interno e comercialização de excedente.

O Sifaeg/Sifaçúcar projeta para este ano, em todo o Estado, um crescimento de 17,32% na produção de álcool (anidro e hidratado) e de 17,17% para o açúcar. O sindicato apurou que, no ano passado, a área plantada de cana-de-açúcar foi de 174.756 hectares e, para a safra atual, a estimativa é de que ela se situe em 256.998 hectares, numa variação de 47,06%. A área colhida na safra anterior foi de 189.649 hectares e, para o ciclo atual, a estimativa é de 211.874 hectares. Ainda de acordo com as estatísticas divulgadas pelo Sifaeg/Sifaçúcar, a produção do setor apresenta um gráfico de trajetória crescente. Na safra 1993/1994 a produção de cana-de-açúcar foi de 5.078.000 toneladas. De lá para cá veio crescendo, com ligeira baixa nas safras de 1999/2000 e 2000/2001, quando a produção foi de 7,291 milhões e 7,161 milhões de toneladas, respectivamente.

Jardel Almeida é gerente comercial da Jalles Machado S/A

POLÊMICAS. E POLÊMICAS

Ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no governo Itamar Franco e hoje seu diretor de Planejamento, o economista Antônio Barros de Castro é um especialista em modelos de desenvolvimento. Nos tempos da ditadura militar, ajudou a desmoralizar as teses que apontavam o País como uma futura potência econômica mundial ao demonstrar que as taxas aceleradas de crescimento observadas nos anos 70 não poderiam se sustentar. Porque a economia do País dependia profundamente de importações para crescer, desde petróleo e metais não-ferrosos a outras matérias-primas e produtos básicos. Um gigante de pés-de-barro, em suma, que crescia às custas de rombos crescentes em sua balança comercial, gerando um ciclo de endividamento externo que estouraria na recessão de 1982/1983.

A NOVA POLÊMICA

Mais de 30 anos depois, Castro lança-se a uma nova polêmica, ao contrariar um diagnóstico aparentemente consensual entre líderes da indústria – segundo o qual, o vigor refletido na taxa de incremento de 4,9% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2004 teria sido irremediavelmente ceifado pela política monetária, vale dizer, pela escalada dos juros operada pelo Banco Central. "Quem falou em stop and go, falou bobagem. Não houve reversão no crescimento da economia. O impulso expansivo de 2004 não se perdeu. Ele está bem vivo", afirma Barros na mais recente Sinopse do Investimento, elaborada pelo BNDES com base em dados do primeiro bimestre deste ano.

INVESTIMENTOS

Tomando os dados dos primeiros dois meses de 2006, Barros aponta um crescimento de 34% para o consumo aparente de bens de capital "sem rodas" – máquinas e equipamentos voltados diretamente para o aumento da eficiência da produção, excluídos tratores, colheitadeiras e outras máquinas agrícolas, além de caminhões, ônibus e veículos de carga em geral.

Investimento em máquinas e equipamentos

(Variação em relação a igual período do ano anterior, em %)

Setor	2005	Jan-Fev 2006
Bens de capital - Total		
Produção	3,6	8,6
Exportação	16,9	3,6
Importação	23,6	37,1
Consumo aparente	2,6	23,9
Bens de capital "sem rodas"		
Produção	5,3	19,4
Exportação	20,3	12,3
Importação	20,8	42,1
Consumo aparente	7,0	34,0

Fonte: IBGE/Secex
Elaboração: BNDES

Aquela taxa reflete um incremento de 19,4% na produção, um avanço de 12,3% nas exportações e um salto de nada menos do que 42,1% nas importações de bens de capital "sem rodas". Na visão de Barros, isso significa que "as empresas continuam na firme busca de ampliação da capacidade e de melhoria da competitividade".

DUAS ANOTAÇÕES

Há dois dados a anotar na análise do diretor de Planejamento do BNDES. Caso sua avaliação esteja correta, o Banco Central poderia ter acelerado a política de cortes na taxa básica de juros, apressando seu retorno para níveis civilizados, já que a indústria teria acumulado capacidade suficiente para suportar taxas mais importantes de crescimento, sem pressão sobre os preços. A segunda anotação recomenda cautela no exame daqueles números, pois uma parcela importante do consumo de bens de capital tem sido suprida por importações, o que pode significar modernização para a indústria, na ponta, mas às custas de perdas tecnológicas para as empresas fabricantes de bens de capital – o que pode se traduzir em maior dependência estrutural, nesta área, em relação a bens de capital importados.

FOLGA TAMBÉM EM GOIÁS

Os números da pesquisa mensal Indicadores Industriais, realizada pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás, sugerem que haveria folga para taxas mais promissoras de crescimento da produção e das vendas industriais também no Estado. Nos 12 meses encerrados em dezembro de 2005, enquanto as vendas murcharam 0,99%, a produção cresceu 3,22%, diante de uma variação desprezível para o nível de utilização da capacidade instalada (mais 0,3 ponto de percentagem). No primeiro bimestre deste ano, o ganho de 2,2% na produção foi alcançado com uma variação de apenas 0,45 ponto no indicador de uso da capacidade. Isso parece significar que a indústria goiana ou alguns de seus setores teriam preservado investimentos na expansão da base instalada, a despeito da retração observada em 2005.

Projeto modelo

Plano integrado para Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo poderá atrair investimentos e ampliar competitividade

Os governos de Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo preparam-se para assinar um protocolo de cooperação para o desenvolvimento de um plano integrado de logística que levará em conta as características complementares de suas economias e projeções de crescimento da demanda para grandes cargas ao longo dos próximos 20 anos. "Este será um trabalho modelo para todo o País, com reflexos desde o sul da Bahia até Rio de Janeiro e São Paulo", anima-se Renato Casali Pavan, ex-assessor dos ministérios da Fazenda e da Agricultura e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência e ex-presidente da Fepasa, hoje dono da consultoria Macrologística.

A empresa foi contratada pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para realizar o levantamento de toda a infra-estrutura e da malha de transportes nos três Estados, apontar gargalos e desenhar soluções integradas de logística, resultando na modelagem de cinco grandes projetos estruturantes. A primeira etapa do projeto, integralmente coordenado pelo ex-presidente da Vale e hoje consultor do Centro Internacional de Negócios da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Eliezer Batista, já foi concluída, com a identificação das cadeias produtivas mais relevantes da região. O estudo apontou 15 cadeias com maior potencial de crescimento, incluindo desde o segmento de cargas gerais, soja, milho, madeira e seus produtos, álcool, açúcar e minério de ferro, até ferro-gusa e produtos siderúrgicos, entre outros.

Segundo Fernando Flint, também da Macrologística, a escolha das cadeias produtivas considerou não só o crescimento potencial projetado mas perspectivas de avanço no mercado internacional, "numa abordagem integrada e sistêmica". "Levamos em conta, por exemplo, que a China realizou grandes investimentos no parque industrial para o processamento de soja e hoje utiliza apenas metade de sua capacidade instalada. Devemos considerar, no caso, como esse dado tenderá a afetar os negócios internacionais e o mercado brasileiro de soja", acrescenta Flint.

Toda a análise e projeções de mercado, com a superposição da infra-estrutura logística, deverão estar concluídas entre maio e junho próximos, prevê Pavan. A partir desse ponto, começarão a ser montados os cinco projetos considerados como "estruturantes" por sua capacidade de integrar os setores com maior potencial de crescimento nos três Estados e atrair investimentos - públicos

Divulgação

Hidrovia Paranaíba-Tietê-Paraná: alternativa para baratear custos de frete e solucionar gargalos logísticos

e privados. A interface com o governo federal, que até o momento ainda não participa do processo, ficará a cargo dos governos estaduais e, eventualmente, da própria Vale, que entra no processo como operadora da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), concessionária desde 1996 de 7.840 quilômetros de trilhos, ligando sete Estados no Centro-Oeste e Sudeste do País, além do Distrito Federal.

Os resultados do Plano de Desenvolvimento de Transportes de Goiás (PDTG), a cargo da Secretaria de Infra-estrutura do Estado, deverão ser incorporados ao trabalho da Macrologística, cujo projeto também servirá como subsídio para o PDTG. Com recursos do Banco Mundial, o plano de transportes do Estado começou a ser apurado em março do ano passado e deverá ser realizado em quatro etapas – a primeira delas já encerrada. Os estudos permitiram identificar o fluxo de carga nas principais vias de escoamento do Estado. Quando concluído integralmente, um documento técnico reunirá as conclusões do trabalho, também destinado a facilitar a atração de investimentos e captação de recursos para solucionar os gargalos logísticos apontados.

Dois deles são conhecidos e têm emperrado o crescimento mais acelerado das exportações de Goiás. O trecho da FCA que desce desde Anápolis e Goiânia até Araguari (MG) e leva a Belo Horizonte, e daí ao porto de Tubarão (ES), consegue suportar um volume de carga equivalente a 4 milhões de toneladas, aponta Pavan. O grande problema está entre Araguari e a capital mineira, onde o trem tem de atravessar a Serra dos Tigres, na região de Ibiá, que comporta apenas 17 vagões por vez (o que limita sua capacidade de transporte), e enfrentar o trecho entre Garças de Minas e Belo Horizonte. Como corta uma região metropolitana naquela área, o trem desenvolve baixa velocidade, encarecendo os custos da operação.

Segundo Pavan, a própria Vale se dispôs a fazer o investimento no contorno de Belo Horizonte, com recursos próprios. “Esse problema já está sendo resolvido e em dois ou três anos teremos uma solução”, espera o consultor. A alternativa seria buscar US$ 500 milhões para investir na implantação dos trilhos entre Patrocínio e Sete Lagoas, num total de 450 quilômetros. A despeito dos custos, a capacidade de transporte do sistema seria multiplicada por cinco, saindo de 4 milhões para 20 milhões de toneladas por ano. “A um preço de US$ 20 por mil TKU (toneladas por quilômetro útil), a operadora desse trecho conseguiria um faturamento anual na casa de US$ 300 milhões, o que compensaria o investimento”, acredita Pavan. ■

Leitbom.
Bom para a Saúde, para a Educação, para a Cultura, para o Esporte e muito bom para Goiás.

Para a Leitbom, ser uma das maiores empresas contribuintes do ICMS é um orgulho. Significa alimentar o nosso Estado com benefícios e nossos clientes com mais qualidade de vida.

Leitbom
Bom até no nome
www.leitbom.com.br

Uma questão de necessidade

Fieg reivindica licença de operação duradoura para empresas que obedecem à legislação ambiental

Quem presenciou o seminário A Questão Ambiental na Indústria Farmacêutica não pôde deixar de admirar a qualidade da programação oferecida. Profissionalismo em todos os sentidos. Empresários, farmacêuticos, distribuidores de medicamentos, laboratórios de análises de efluentes industriais, dirigentes de pólos e distritos industriais, acadêmicos e consultores reuniram-se no auditório João Bennio, na Federação da Indústria do Estado de Goiás (Fieg), no final de março. A opinião dominante, entre as 260 pessoas que assinaram a lista de presença, é de que a iniciativa representa mais um ganho para o segmento goiano.

A idéia surgiu da necessidade de discutir as questões ambientais no setor. "Intenciona-se, conseqüentemente, levar maior conscientização para dentro das empresas, trazendo experiências positivas de outros Estados, principalmente em relação às substâncias químicas que precisam de gerenciamento mais cuidadoso", diz Elaine Lopes Noronha Farinelli, assessora técnica na área de meio ambiente da Fieg. Segundo ela, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tem feito uma fiscalização muito forte neste sentido, cobrando decisões empresariais adequadas às legislações vigentes. "É inegável que há uma necessidade urgente de ajustamentos. Mas, não é sempre que a empresa deixa de atender uma exigência legal por vontade. Muitas vezes, ocorrem dificuldades sérias, pois o custo de adaptação é muito alto", ressalta Elaine.

Para Cláudio Henrique Simão Silva, analista ambiental da Halex Istar Indústria Farmacêutica Ltda, as empresas estão muito atentas quanto à importância da preservação dos recursos naturais para a sobrevivência de qualquer atividade econômica. "O seminário acrescentou informações pertinentes sobre assuntos muito discutidos atualmente, como antibióticos, legislações específicas e crimes ambientais. Desde 2003, adotamos uma política de gerenciamento eficiente de todos os resíduos industriais. O que queremos para o futuro é investir nessa área e ampliar a nossa capacidade de controle. A preocupação é muito válida, pois a proposta é de melhor condução de uma atividade econômica importantíssima para a região", explica.

O presidente da Agência Ambiental de Goiás (Agma), o biólogo Osmar Pires Martins Júnior, fez a abertura dos trabalhos centrando seu discurso em uma expressão bastante conhecida dos setores produtivos atuais: desenvolvimento sustentável. Em sua opinião, acontecimentos dessa ordem possuem a capacidade de promover a incorporação dos princípios ambientais em toda a atividade humana, facilitando e melhorando a relação entre poder econômico e meio ambiente. A partir do diálogo, da exposição de idéias, o órgão encontrou possibilidades para atuar de forma estratégica, planejada, distanciando-se da sua função clássica de polícia ambiental. "Este conceito está em fase de esgotamento. Multar e fechar empresas não soluciona o problema do meio ambiente. É preciso colocar a nossa capacidade imaginativa e o nosso conhecimento técnico a favor do desenvolvimento sustentável", conclui Pires.

Em abordagem e esclarecedora, o advogado Werner Grau Neto, sócio da Pinheiro Neto Advogados, empresa instalada na capital paulista, explorou o tema Legislação de Responsabilidade Ambiental e referiu-se à existência de um novo bem jurídico, o meio ambiente, e às interpretações possíveis sob a égide de diferentes e complementares frações do Direito (civil, administrativo e penal). "Percebe-se que não adianta simplesmente colocar o ambiente acima das questões econômicas. É preciso criar instrumentos econômicos de preservação e recuperação da natureza. Claro, levando em consideração que apenas a prevenção não resolve e que a precaução é muito necessária. O que deve ocorrer é a harmonização. E a legislação nacional é insuficiente ness e sentido. Ou a gente revê todo o sistema ou não vamos recuperar o meio ambiente", adverte e pergunta: "Será que se tivéssemos um sistema sério de gerenciamento a internacionalização da Amazônia estaria em discussão?"

A experiência da Cetrel S.A. no pólo industrial de Camaçari, na Bahia, foi exposta por José Gilson Santos Fernandes, engenheiro da área de processo da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) daquele Estado. A empresa de proteção ambiental é reconhecida mundialmente como a primeira organização a ser

Industria farmacêutica: política de gerenciamento eficiente de resíduos industriais

certificada com o selo ISO 14001. Fernandes acredita que as indústrias estão acertando mais e que essa situação deve decretar o fechamento de negócios como o da Cetrel. “Devemos trabalhar com outras alternativas de faturamento, pois, felizmente, a adoção de tecnologias limpas faz cada vez mais parte da filosofia empresarial do nosso tempo”.

Presença de Antibióticos no Ambiente Aquático foi uma das palestras mais elogiadas pelo público presente. Sandra Regina Longhin Silva, doutoranda em Química e professora do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) e da Universidade Católica de Goiás (UCG), expôs dados referentes aos potenciais poluentes e efeitos adversos provocados pelo uso dessas substâncias que se mantêm por muito tempo no meio ambiente, em função das suas características polares e não-voláteis. A entrada contínua desses produtos no meio ambiente promove, em concentrações menores, uma seletividade que favorece organismos com códigos genéticos resistentes aos antibióticos, representando um processo irreversível. Outra preocupação é que não há divulgação sobre estudo que mostra que o tratamento de efluentes consegue degradar totalmente as moléculas de antibióticos. “Eles resistem aos cuidados atuais e acabam voltando para as nossas torneiras, na água tratada”, revela Silva. Para ela, estas são questões sérias e sensíveis que precisam de observações apuradas e soluções urgentes.

Por fim, Luiz Carlos da Fonseca e Silva, médico técnico da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), desenvolveu o tema “Gerenciamento de Resíduos na Área Farmacêutica, em que ficou relevada, mais uma vez, a essencialidade de projetos que garantam segurança ao meio ambiente e à sociedade. Elogiou, também, a parceria estabelecida entre Fieg, Sindicato das Indústrias Farmacêuticas e Correlatas no Estado de Goiás (Sindifargo) e indústrias da área: “O resultado pode ver visto aqui, por meio do alto nível do evento e da quantidade de pessoas interessadas”.

PÓLO FARMOQUÍMICO - Localizado no coração do Brasil, uma área eqüidistante tanto dos mercados consumidores e fornecedores quanto dos principais portos de escoamento do Atlântico, a indústria farmacêutica goiana tem se tornado referência nacional no segmento. O Pólo Farmoquímico de Goiás é o terceiro maior centro farmacêutico do País e o terceiro na fabricação dos genéricos. Com mais de 15 indústrias do ramo em funcionamento, gera cerca de 5 mil empregos diretos e, aproximadamente, 12 mil indiretos. A maior parte delas (nove) está situada no Distrito Agroindustrial de Anápolis (Daia), investimento que pode tornar-se, em breve, o maior pólo farmacêutico de genéricos da América Latina. ■

Esporte e cidadania

Mais de 15 mil atendimentos foram realizados durante evento, promovido pelo Sesi Goiás e Rede Globo

Ressaltar as possibilidades que o esporte oferece, inserindo a indústria brasileira na promoção de ações que elevam a qualidade de vida dos trabalhadores do setor e da comunidade, foi o objetivo do Esporte Cidadania, evento realizado em todo o País pelo Sesi em parceria com a Rede Globo. Em Goiânia, dia 25 de março, um sábado, o Sesi da Vila Canaã recebeu mais de 5 mil pessoas. Ao todo, foram realizados mais de 15 mil atendimentos, todos gratuitos.

As pessoas que compareceram ao evento puderam usufruir diversas atividades, como o cantinho da arte (pintura, dobradura e colagem) e da leitura, orientações de trânsito, oficina de bijuteria, rua do lazer, jogos de salão, apresentação de grupos de dança, torneio de futebol soçaite, voleibol e futebol de campo, corte de cabelo, massagem e apresentações de dança e circenses. Na área da saúde, houve aplicação de flúor, tabelas nutricionais adequadas para atletas, aferição da pressão e testes de avaliação (composição corporal, nível de estresse e hábitos alimentares). Cerca de 250 alunos das escolas do Sesi de Goiânia e Anápolis participaram das gincanas e torneios e mais de 300 funcionários da instituição e voluntários trabalharam no evento.

Bárbara e Brenda: "O esporte nos ensina a respeitar as pessoas"

Mesmo doente, Wanderley Magalhães, ciclista durante 15 anos, com conquistas nacionais e internacionais, participou da abertura do evento, em sua última aparição pública. O atleta, que faleceu dia 28 de março, foi medalhista no Pan-Americano de Cuba, com participações nas Olimpíadas de Seul e Barcelona e extenso currículo de vitórias em campeonatos mundiais. Além disso, foi diretor da Liga Goiana de Ciclismo. "O esporte nos ensina a ser cidadão. Já competi em mais de 37 países e obtive várias vitórias. Aprendi que ser campeão não é ganhar uma competição, mas sim ter dignidade, aprender a respeitar o próximo", declarou Wanderley.

Durante o evento, também foram apresentados os atletas do Sesi que são destaque nas modalidades de dança (Lorenna Gomes); natação (Wanessa Ribeiro e Guilherme Oliveira); futebol de campo (Murilo Nicolite); futsal (Rafael Cruz); voleibol (Lucas Lobo e Talita Araújo); e judô (Paula Cristina de Almeida).

O coordenador de Atividade Fim do Sesi Goiás, Teco Faleiro, afirmou que é preciso despertar as pessoas para a importância das ativi-

Tadeu Câmara: formando cidadões

Carlene Cristina Trindade com a família: “entretenimento de alta qualidade”

dades físicas e o Esporte Cidadania é uma iniciativa eficaz. “Em nossa sociedade, a prática esportiva é sempre descartável. Os hábitos eletrônicos, como a internet e o controle remoto, incentivam o sedentarismo. O esporte melhora nossa qualidade de vida e é um poderoso meio para afastar crianças e adolescentes das drogas lícitas e ilícitas”, acrescentou.

“Para o setor empresarial, é muito importante que a sociedade esteja bem, e essa também é uma responsabilidade nossa. Investimos no esporte porque sabemos que, além de promover valores indispensáveis para a cidadania, é importante para elevar a qualidade de vida. Como aconteceu com o jogador de vôlei da seleção brasileira Dante Guimarães, o Sesi visa despertar campeões e sabemos que temos o importante papel de fomentar o desenvolvimento do esporte”, afirmou o presidente do Conselho Regional do Sesi e da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, Paulo Afonso Ferreira.

O vice-presidente da Organização Jaime Câmara, afiliada da Globo em Goiás, Tadeu Câmara, destacou que o esporte pode salvar as futuras gerações da violência e dos vícios, estimulando hábitos saudáveis e práticas de cidadania.

Magalhães: medalhista no Pan-Americano de Cuba e participações em Olimpíadas

Além de levar as duas filhas para participar do Esporte Cidadania no Sesi Vila Canaã, a profissional de educação física Carlene Cristina Trindade estava acompanhada do marido e da tia. “Temos aqui entretenimento de alta qualidade e gratuito, promovendo a qualidade de vida e a responsabilidade social. Meu marido adorou andar de perna-de-pau, minha filha mais velha participou das competições de vôlei e a pequena se divertiu na cama elástica. Minha tia não parou um momento só. É muito relaxante estar aqui. Na massagem, descobri que estava com um nódulo de estresse nos ombros”, disse.

Aos 65 anos de idade, a tia de Carlene, Maria de Lima, aluna do programa Adulto em Exercício, do Sesi, participou intensamente da programação do evento: dançou, recebeu massagem e descobriu, por meio da avaliação da composição corporal, que precisa perder um quilo.

As estudantes Bárbara Cruvinel, de 10 anos, e Brenda da Silva, de 9, desfilavam com tererês presos aos cabelos, vários gibis na mão e já haviam feito aplicação de flúor nos dentes. Empolgadas com as gincanas e bastante agitadas, gritavam que “o esporte é importante para nosso crescimento e os ensi-

Cozinha Brasil, cozinha Goiás

Programa desenvolve receitas com ingredientes da culinária regional

"Manga, mangaba, jatobá, bacupari, gravatá e araticum, olha o tempo do pequi!". A música *Frutos da Terra*, tema da abertura do programa televisivo que tem o mesmo nome, revela a abundância dos frutos do Cerrado. A cultura goiana, tão diversa quanto esse ecossistema, e que inspirou o cantor Marcelo Barra, virou fonte de receitas do programa Sesi Cozinha Brasil.

Pão de queijo de liquidificador com pequi, paçoquinha de baru, pé-de-moleque com semente de abóbora, pudim de mandioca, suco de erva cidreira com limão, suco de casca de abóbora com casca de abacaxi, bolo de laranja com casca, suco de casca de manga com limão, quibe de soja recheado com talos. São algumas das receitas desenvolvidas pelo Cozinha Brasil em Goiás.

Lançado no Estado em novembro de 2004 e desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o programa ensina como utilizar alimentos de modo inteligente por meio de cozinhas-escolas itinerantes. As aulas, divididas em teoria e prática, são ministradas por nutricionistas, com duração de 10 a 24 horas. Durante o curso, os alunos aprendem como elaborar um cardápio equilibrado, a planejar compras, congelar e descongelar, ter cuidados no preparo e manipulação dos alimentos. Esses conhecimentos incluem questões relacionadas à higiene, nutrição, saúde, cultura e aos recursos naturais, além de combate ao desperdício.

Sabor regional: programa ensina a combater desperdícios e a preparar alimentos de forma inteligente

A maior parte das receitas goianas do Cozinha Brasil é de adaptações da culinária regional. A pesquisa elaborada pelo programa leva em consideração itens como sabor, facilidade de acesso aos ingredientes e valor nutricional. Ainda neste ano, todas as receitas regionais do Brasil serão reunidas em um livro.

Nutricionista do Sesi Goiás, Marianne Falco explica que, durante o desenvolvimento das receitas, a equipe buscou frutos fartos mas pouco usados. No quibe de soja, por exemplo, o objetivo foi estimular o consumo de fibra, já que o Estado é um dos maiores produtores da leguminosa no Brasil.

Para o pão de queijo com pequi, além dos ingredientes usuais,

Cozinha itinerante: caminhão já percorreu 18 municípios goianos em pouco mais de um ano

é acrescida uma xícara de polpa da fruta – o objetivo é aromatizar o tradicional alimento. Na paçoquinha de baru, a receita leva duas xícaras de sementes de baru torradas, farinha de milho, açúcar e leite. Outro destaque é o pé-de-moleque com semente de abóbora. Rapadura derretida, semente de abóbora picada, chocolate em pó e margarina compõem os ingredientes do prato, que, além de saboroso, é bastante nutritivo, pois a semente é rica em fósforo e ferro, importante na produção de energia do organismo. A erva-cidreira, comumente utilizada para fazer chá, pode ser ingrediente de um refrescante suco. Como lição antidesperdício, também viram suco cascas de abóbora, abacaxi e manga.

"O aporte hídrico das pessoas em Goiás é baixo. Não adianta recomendarmos sucos com diversas frutas se as pessoas não possuem condições para comprá-las, por isso utilizamos as cascas. Procuramos desenvolver receitas agradáveis mas ricas em fibra, já que nosso Estado possui um dos menores consumos de fibras do Brasil. E, apesar da abundância do baruzeiro em nossa região, a utilização de sua castanha é bastante desconhecida. Ela é rica em ácido graxos, responsável pela formação do bom colesterol e possui a vantagem de não possuir uma toxina que se acumula no organismo, contida no amendoim", ensina Marianne Falco. ■

Cerrado adentro

Em pouco mais de um ano, a equipe do Cozinha Brasil, composta por nutricionistas e auxiliares, viajou por mais de 18 municípios goianos, em várias regiões do Estado. Desde seu início, o programa atendeu mais de 5 mil alunos nos dois cursos que são oferecidos - educação alimentar e formação de multiplicadores.

"O interesse pelo aprendizado e o carinho que recebemos de nossos alunos, a maioria mulheres, são muito gratificantes para nós. Sempre recebemos presentes e somos convidadas para visitá-las. No último curso que ministramos, em Formosa, havia uma poetisa que fez uma poesia com as principais palavras que utilizei no primeiro dia de aula", conta a nutricionista Cláudia Aparecida de Oliveira.

A maior parte dos parceiros do programa é formada por prefeituras, associações e igrejas. No ano passado, o Cozinha Brasil começou a atender às empresas e já chegou a 13 delas. Dentre os exemplos, no último ano, na empresa Lajes Santa Inês, 80 trabalhadores da empresa e pessoas da comunidade foram atendidas pelo programa, informa a coordenadora do projeto no Sesi Goiás, Eliane Cândido Carneiro.

Massa especial: polpa de pequi ajuda a incrementar o tradicional pão de queijo

Ecilene Pereira, do controle de qualidade da Friboi: motivação com investimento na carreira

Na trilha da indústria

Friboi e Brasfrigo, de Luziânia, buscam parceria do Senai Goiás para capacitação, habilitação e qualificação de colaboradores

Onde tem indústria tem Senai. Mais do que slogan, a presença da instituição no interior de Goiás é cada vez mais intensa, acompanhando de perto a instalação de empresas por todo o Estado para atender as necessidades de mão-de-obra especializada no próprio local. É o que acontece em Luziânia, no Entorno do Distrito Federal, a 185 quilômetros de Goiânia, em parceria para qualificação profissional que envolve o Grupo Friboi, a Brasfrigo e a prefeitura.

O acordo firmado entre Senai e indústrias movimenta recursos humanos, materiais e financeiros. À prefeitura coube a cessão de espaço para as aulas teóricas da programação de cursos, realizadas no período noturno. Em um deles – de habilitação técnica em química industrial -, os docentes responsáveis pelas aulas são todos engenheiros químicos do próprio quadro de funcionários das duas indústrias e receberam preparação pedagógica desenvolvida pela Faculdade de Tecnologia Senai Roberto Mange, de Anápolis, distante 180 quilômetros.

Antes da habilitação técnica em química industrial, em andamento com turma de 26 pessoas, o convênio já havia possibilitado a realização dos cursos de qualificação em mecânica de manutenção industrial e em eletricidade de manutenção industrial, ministrados para outros 24 funcionários das duas empresas. Com duração de 440 horas, a programação foi encerrada em fevereiro, com a entrega de certificados aos participantes.

VALORIZAÇÃO - Incentivar a vinda de novas indústrias e promover o desenvolvimento da região foram os motivos que levaram o prefeito de Luziânia, Célio Silveira, a somar esforços com a Brasfrigo e

Carlos Roberto de Moraes, Grupo Friboi: "O segmento industrial não tem condições de caminhar sozinho sem a ajuda do Senai"

o Friboi para trazer os cursos do Senai à cidade. "Nosso maior objetivo é valorizar a mão-de-obra local e mostrar ao segmento industrial que aqui temos profissionais qualificados. Nessa empreitada, não poderíamos ter escolhido parceiro melhor que o Senai. A instituição é referência em educação profissional e sempre fez excelente trabalho em prol do crescimento socioeconômico do Estado", afirma.

A habilitação técnica em química industrial tem duração de dois

Genilda Gomes, na Brasfrigo: teoria associada à prática

Aposta em recursos humanos

Fabricante dos produtos das marcas Minuano e Albany, a Divisão de Higiene e Limpeza do Grupo Friboi, instalada em Luziânia, adota como política interna o incentivo ao aprendizado contínuo de seus colaboradores, com foco na qualidade do produto final. Para tanto, aposta na educação profissional desenvolvida pelo Senai Goiás.

Entusiasta do trabalho realizado pela instituição, o gerente de Recursos Humanos da empresa, Carlos Roberto de Moraes, revela que em todas as indústrias pelas quais passou sempre buscou manter parceria com o Senai. "Acredito que o segmento industrial não tem condições de caminhar sozinho sem a ajuda da instituição. Mão-de-obra tecnicamente bem preparada e qualificada é fundamental em qualquer negócio e o Senai é especializado no desenvolvimento de pessoal para o mercado de trabalho", afirma.

Moraes aponta entre os fatores que contribuíram para consolidação da parceria a disposição e o comprometimento do Senai em atender às demandas da indústria. Ele lembra ainda que a iniciativa de trazer os cursos para a cidade faz parte do compromisso da empresa de valorizar a comunidade em que atua, dando oportunidade para sua formação profissional.

Há oito anos atuando no controle da qualidade do Friboi, Ecilene Pereira diz que se sente motivada com o investimento que a empresa está fazendo em sua carreira. "O funcionário produz mais e melhor quando a indústria mostra interesse em seu crescimento social e profissional", explica.

Para Eldeir de Carvalho, no Friboi há quase cinco anos, fazer o curso técnico do Senai é uma experiência gratificante da qual ele pretende aproveitar ao máximo. "Cada dia aprendo algo novo e diferente. Passei a conhecer mais todas as etapas do processo industrial e isso tem ajudado a melhorar meu desempenho na empresa."

Pertencente ao grupo mineiro BMG, a Brasfrigo também investe na capacitação de seus funcionários como estratégia para incrementar sua produção. Fabricante de conservas de alimentos e atomatados, a indústria ampliou suas linhas de produtos com a aquisição das marcas Jurema e Jussara, da Unilever, em 2004. A empresa foi fundada em Uberlândia (MG), em 1975, e reinstalada em 1994, em Luziânia, onde fabrica todos os seus produtos.

Criado em Anápolis, em 1953, o Grupo Friboi atua em quatro divisões de negócios: alimentos (carne in natura, produtos industrializados e em conservas), higiene e limpeza (sabonete, sabão, amaciante, desinfetante e detergente), agropecuária (com duas fazendas de criação de gado) e transportes (frotas para atender ao mercado interno e externo).

Em 1986, a indústria instalou em Luziânia a Divisão de Higiene e Limpeza, que passa por constantes processos de modernização e ampliação devido ao crescimento de participação do grupo no mercado destes produtos.

Prefeito de Luziânia, Célio Silveira: valorização da mão-de-obra

Professora do curso técnico, Vanessa Nazar de Souza: orientação aos alunos

anos, incluindo estágio supervisionado. A programação foi estruturada para abranger todos os procedimentos que envolvem o segmento.

O profissional habilitado está apto a trabalhar em indústrias alimentícias, farmacêuticas, saneamento, curtume, agrícola, higiene e limpeza, entre outras, além de poder atuar também em laboratórios de análise química.

Cristiane de Souza, uma das 26 integrantes da turma, sempre quis fazer um curso técnico, mas nunca teve oportunidade. Moradora de Luziânia, ela não tinha recursos financeiros para estudar em Brasília, distante 56 quilômetros. A realidade dela e dos demais colegas começou a mudar com a parceria, iniciada em outubro do ano passado, entre Senai, Grupo Friboi, Brasfrigo e prefeitura de Luziânia.

"O alto custo nas despesas com transporte, alimentação e estadia tornam inviável os estudos em Brasília, local mais próximo a oferecer cursos técnicos. Por isso, tenho certeza de que estou tendo uma chance única de crescer profissionalmente, ao participar da habilitação desenvolvida pelo Senai", diz Cristiane, funcionária da Brasfrigo há quatro anos. Colega de trabalho, Emília Rodrigues compartilha a mesma opinião. Para ela, o curso é a realização de um sonho antigo. "Os conhecimentos adquiridos nas aulas já estão fazendo diferença na execução de minhas funções", observa.

Mesma avaliação faz Genilda Gomes, na Brasfrigo há três anos. "O curso me ajudou a desenvolver melhor meu trabalho, pois estou tendo a oportunidade de associar teoria à prática. Agora sei, por exemplo, como e por que ocorrem as reações químicas. Isso faz de mim uma profissional mais completa." ■

Eldeir de Carvalho, na Friboi: curso ajudou a conhecer todas etapas do processo

Cristiane de Souza, da Brasfrigo: encurtando distâncias

O melhor do Brasil

Senai de Anápolis conquista segunda medalha olímpica, superando concorrentes de 11 Estados

É de Goiás o melhor mecânico na área diesel do Brasil, aprovado na Olimpíada do Conhecimento, maior e mais importante evento de educação profissional da América Latina, realizado entre os dias 6 e 14 de março, em Recife (PE).

Ex-aluno da Faculdade de Tecnologia Senai Roberto Mange, de Anápolis, Johnny Rodrigues Corrêa ganhou medalha de ouro na ocupação de mecânica diesel, superando na competição concorrentes de 11 Estados.

Com a conquista, o Senai de Anápolis acumula sua segunda medalha olímpica na área automotiva. Na edição de 2001 da competição, Anderson Ferreira dos Santos foi o grande vencedor na ocupação de mecânica de automóveis.

Durante a festa da formação profissional na capital pernambucana, também foram anunciados os vencedores do Concurso Nacional de Criatividade para Docentes 2005 (Concrid). Novamente, o Senai de Anápolis foi destaque com a conquista de medalha de prata pelos instrutores Antônio Barcelo e Rodrigo Mesquita, que desenvolveram um projeto para tratamento de resíduos de laboratório de alimentos.

Johnny, que trabalha como mecânico na Anadiesel, concessionária Mercedes Benz de Anápolis, afirmou que a base de sua conquista foi a formação obtida no Senai. "Foram meses e meses de treinamento intenso para ganhar a disputa, mas foi graças ao curso de aprendizagem em mecânica de manutenção de veículos a diesel que consegui vencer", comemorou.

De origem humilde e órfão, Johnny Rodrigues superou seus problemas graças à determinação que sempre teve em ser mecânico. A oportunidade só surgiu em 2003, quando fez seleção e passou para o curso do Senai de Anápolis. Na época, ele tinha 17 anos e era sua última chance de fazer um curso gratuito na instituição. "Foi o começo da realização de um sonho. Trabalhava com serviços gerais em um pequeno mercado. Era uma espécie de faz-de-tudo, do empacotamento à limpeza. O curso do Senai abriu outras portas para mim".

Durante a aprendizagem, Johnny foi encaminhado para fazer estágio na Anadiesel. Depois disso, foi contratado como mecânico e está vinculado à concessionária há mais de um ano. "Também fiz o curso de eletricidade veicular. Por tudo que aprendi e pelas oportunidades que tive no Senai, gosto de dizer que sem a instituição eu não seria nada", afirmou.

Instrutor de Johnny à época do curso e seu orientador na fase de preparação para a olimpíada, Waldir Lopes lembra da dedicação do então aprendiz. "Sou testemunha de seu empenho e persistência. Em dois meses de curso ele já me ajudava a ensinar os outros alunos", completou.

Na fase final de preparação para a olimpíada, a Anadiesel resolveu antecipar as férias de Johnny para que ele pudesse se dedicar exclusivamente aos treinos. Para o proprietário da concessionária, Waldyr O'Dwyer, a empresa apostou no jovem mecânico por acreditar em seu potencial. "Pressentíamos que ele iria ganhar devido à sua excelente conduta, sua capacidade de trabalho, suas habilidades e competências, e, principalmente, por ter sido formado pelo Senai, que é um verdadeiro celeiro de talentos", assegurou o empresário. ■

Johnny Rodrigues Corrêa, ex-aluno do Senai e mecânico da Anadiesel, medalha de ouro na Olimpíada do Conhecimento, com o proprietário da concessionária, Waldyr O'Dwyer

Negócios e empregos

Missões comerciais, como a realizada recentemente à Rússia e Polônia, abrem novos mercados para o Estado

Nos últimos sete anos, governo e empresários de Goiás promoveram 26 missões comerciais ao exterior. A mais recente, à Rússia e à Polônia, revelou-se também uma das mais expressivas, pelo alto profissionalismo dos negociantes e por se tratar da primeira comitiva oficial de uma unidade federativa brasileira em busca de acordos nos setores de agropecuária, minas e energia, intensificação do comércio exterior e protocolo de intenções na área esportiva.

A objetividade da comissão diplomática foi muito elogiada. "Fomos em dois países que têm estrutura internacional, dificuldades e expectativas de crescimento parecidas com as do Brasil", avalia Paulo Afonso Ferreira, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg). As viagens anteriores, segundo ele, serviram como etapas de um processo importante de aprendizado. "No início, íamos com muito entusiasmo e bastante vontade de vender. Mas, sem possuir a experiência devida para lidar de frente com o comércio externo. Depois de tudo, cheguei à conclusão que vender para fora do País não é simplesmente um processo econômico, também é um processo político", reconhece.

Marcus Vinicius

Exportações: expectativa de vendas ao redor de US$ 2,5 bilhões neste ano

Com isso, Goiás abre um novo caminho para a expansão das exportações. De acordo com divulgação do governo estadual, as vendas para o exterior saltaram de US$ 380 milhões em 1999 para US$ 1,8 bilhão em 2005. E ainda existe a possibilidade de alcançar US$ 2,5 bilhões em 2006. Hoje, a cada 1 bilhão de dólares exportados são gerados 100 mil postos de trabalho, sem considerar as vantagens para as cadeias produtivas goianas.

A missão expôs intenção clara de expandir suas exportações agropecuárias, difundindo os métodos aplicados para a defesa sanitária do rebanho bovino, entre os quais as medidas de combate à febre aftosa. A atividade goiana foi reconhecida pela Rússia e pela Polônia e pode ser premiada, a partir deste ano, com aumento das cotas de importação dos dois países. "Lá, conversamos com grandes traders da área, que enfatizaram a qualidade e o preço do nosso produto, lamentando o fato de não serem compradores por causa do sistema de cotas vigente, uma negociação política internacional que privilegia poucos exportadores", diz Ferreira, explicando que, juntos, Estados Unidos e União Européia detêm cerca de 80% do mercado de carne bovina daqueles países. O resto do mundo fica apenas com 20%. Outra proposta foi a troca de tecnologia na área de fertilizantes e adubos. "Para tanto, precisamos incrementar as nossas ações sob o ponto de vista econômico e político", completa.

Rússia e Polônia também são signatários do Protocolo de Kyoto e estão dispostos a diminuir suas emissões de gases poluentes. Enquanto os russos dispõem de vastas reservas de petróleo, os goianos estão se tornando um grande produtor de álcool. Visando uma aliança tecnológica, esses países estudam a adição de álcool à gasolina, antecipando uma tendência mundial, que vai mudar a geopolítica dos combustíveis nos próximos 10 ou 15 anos. Ou seja, mais uma oportunidade preciosa para Goiás, que tem 25 milhões de hectares de pastagens degradadas prontas para serem convertidas em lavouras de cana-de-açúcar, aumentando rapidamente a produção dos atuais 750 milhões para 7 bilhões de litros de etanol, como garantem os dados governamentais. "Eles também têm muitas necessidades na área da alimentação. E nós temos o potencial produtivo que eles não possuem", observa Ferreira. ■

De Goiás para o Brasil

Disputando espaço com as grandes multinacionais do setor, ICQ Brasil comemora a contratação de seu milésimo cliente

O Instituto de Certificação Qualidade Brasil (ICQ Brasil) foi uma iniciativa pioneira da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) para aprimorar a qualidade da produção no Estado de Goiás. Inicialmente visando atender o setor empresarial da região, hoje o instituto expande sua atuação. Com quase dez anos de fundação, o ICQ Brasil é um forte concorrente no "mercado da qualidade", juntamente com organizações multinacionais de grande porte, registrando, de tal forma, a marca de mil organizações certificadas em diversos escopos. Nesse rol incluem-se cestas de alimentos, PBQP-H, sistemas de gestão da qualidade, manutenção de extintores de incêndio e outros programas setoriais da construção civil.

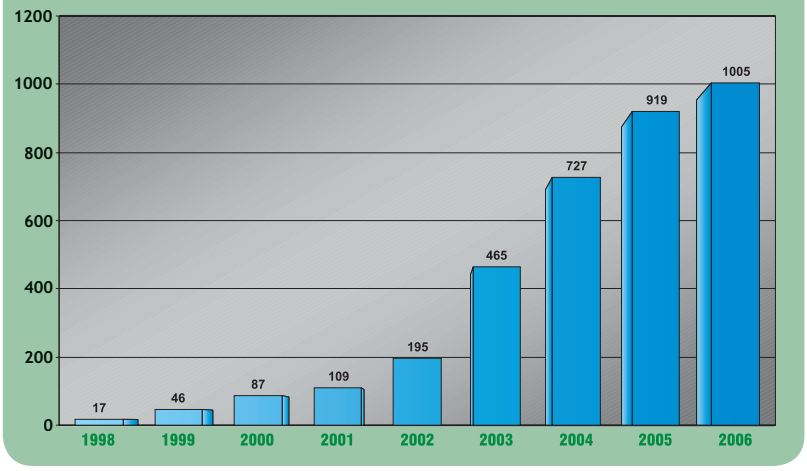
Criado pela Fieg em 1996, o instituto começou transpondo barreiras - um organismo de certificação situado fora do eixo Rio-São Paulo, o primeiro e, até então, único nessa condição. Certificando empresas de manutenção de extintores, conquistou, no primeiro ano, 17 clientes. Já no ano seguinte (1999) cresceu 63%, fechando o período com 46 empresas em carteira.

Desde então, o ICQ Brasil buscou diversificar sua carteira para suprir as necessidades do mercado, em meio a um efervescente processo de incremento da competitividade. Outros Estados abriram portas ao instituto.

No início de março deste ano, depois de consolidar sua participação no País e confirmar sua liderança pelo sexto mês consecutivo, o instituto comemorou a conquista de seu milésimo cliente. ■

O avanço do ICQ Brasil

(Evolução da carteira de clientes entre 1998 e 2006)



Concorrência

Com uma considerável participação de institutos multinacionais, a área de certificação de sistemas de gestão no Brasil conta atualmente com 30 organismos acreditados pelo Inmetro, sendo 18 estrangeiros e apenas 12 nacionais. Esses organismos têm, em sua maioria, origem na Europa, em países como França, Alemanha, Bélgica, Inglaterra e outros, com atuação focada inicialmente em certificação naval. Com o tempo, foram migrando para outras áreas.

No setor de certificação de produtos, o volume de certificadoras é muito maior e há um grande número de organizações nacionais. Registram-se apenas 13 instituições estrangeiras entre 46 organismos credenciados.

Devido à vasta gama de produtos disponíveis para certificação, esse mercado apresenta algumas peculiaridades, de acordo com a regionalidade, especialidade do organismo, entre outros fatores. Ou seja, são em grande parte organismos segmentados de acordo com a produção local de sua região ou com sua especialização, tal como cerâmica, brinquedos e eletroeletrônicos.

Hoje, o ICQ Brasil está em fase de credenciamento para certificação de Sistemas de Gestão Ambiental, segundo a norma ISO 14001:2004.

Sinal verde

Empresas indicam que programa de estágio do IEL está no caminho correto e pesquisa mostra aprovação de 88%

Nos últimos dez anos, a Tropical Empreendimentos Imobiliários tem investido forte na qualificação de seus recursos humanos, entre eles estagiários encaminhados pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL) regional Goiás. Nesse período, sempre em contato com o IEL, a empresa tem oferecido oportunidades de aprendizado a estudantes e também melhorado seus processos por meio de projetos desenvolvidos pelos alunos.

Requisitados ao IEL, os estagiários na Tropical atendem às necessidades da empresa, confirma o coordenador de Gestão de Pessoas, Fábio Borges de Oliveira, que sempre procura por perfis adequados ao ramo imobiliário. Para ele, o programa de estágio é positivo. "O IEL é um parceiro em nossos processos de seleção de alunos interessados em aprender." O executivo aprova todo o contexto do programa. "Desde a solicitação para preenchimento da vaga, rapidez de resposta e perfil do aluno apresentado, somos sempre bem atendidos."

O aproveitamento dos estagiários do IEL pela Tropical é outro ponto destacado por Fábio Oliveira. Atualmente, a empresa mantém cinco alunos em diferentes áreas de atuação e muitos deles são incluídos na empresa devido ao bom desempenho e ajuste de perfil desde o encaminhamento pelo instituto. "Contratamos cerca de 90% dos alunos provenientes do IEL e muitos permanecem conosco por um bom tempo. Sempre que abrimos novas vagas fazemos contato com o instituto, que tem nos prestado um ótimo atendimento."

A avaliação é a mesma no Laboratório Halex Istar. Desde 2002 é política da empresa valorizar e desenvolver o estágio, cuidando para que o aluno seja colocado no lugar certo. "Com apoio do IEL nós supervisionamos o estágio para garantir que o aluno trabalhe em funções que realmente agreguem algo à sua profissionalização", frisa Wisner Batista de Oliveira, supervisora de estágio da empresa, Mara Rúbia Pereira Barbosa, cliente do IEL há dez meses.

"A manutenção de um banco de estagiários é um facilitador para as empresas da região do Sudoeste goiano", garante o professor da Fesurv-Universidade de Rio Verde, Carlos Alberto Nogueira. Para ele, desde que o programa chegou à cidade, tem proporcionado resultados significativos para a sociedade empresarial e à comunidade acadêmica.

Interiorização, uma tendência

A interiorização do IEL tem avanço notório, levando às comunidades goianas seus serviços nas áreas de Interação Escola-Empresa, Consultoria em Gestão Empresarial e Estudos e Pesquisas. No ano passado, a instituição abriu dois novos escritórios - em Itumbiara e Rio Verde. Quanto ao programa de estágio, nesses municípios foi registrada redução da dificuldade que as empresas tinham em encontrar profissionais mais qualificados. "A exposição do instituto no interior do Estado é exemplo do esforço de aumentar nossa presença e, assim, estender os benefícios do estágio de qualidade ao maior número possível de estudantes", revela o superintendente do IEL Goiás Paulo Galeno Paranhos.

Outra parceira do programa de estágio do IEL é a Super Card Administradora de Cartões e Serviços. Localizada em Itumbiara, a empresa buscou no instituto seis estagiários para telemarketing e está contente com a presença do IEL na cidade. "Tínhamos dificuldades de encontrar as pessoas certas. Hoje estamos mais seguros, pois o atendimento e a qualidade do serviço são ótimos", diz a

Faria, psicólogo responsável por recrutamento e seleção no laboratório. Para ele, o instituto é um parceiro que colabora com a competitividade da empresa por meio dos estagiários que atendem em absoluto às necessidades técnicas e administrativas do Halex Istar. “Sempre que disponibilizamos uma vaga e sabemos da complexidade para o preenchimento, o IEL permanentemente mantém contato, nos informando sobre o andamento do processo. Por isso, consideramos ótimo o atendimento.”

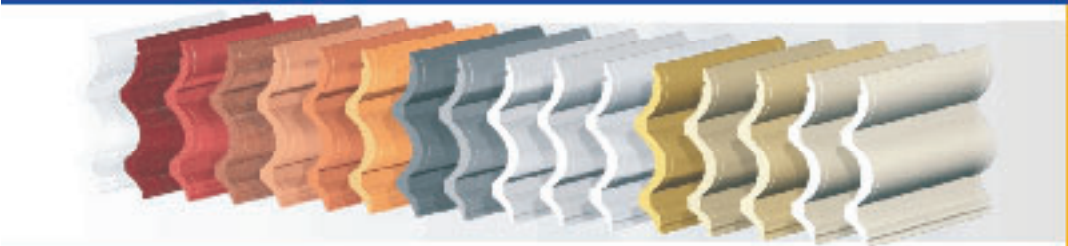
Faria: estágio supervisionado, com apoio do IEL, para garantir maior aproveitamento

O CLIENTE É IMPORTANTE - As opiniões assinaladas em pesquisa junto às empresas clientes do Programa de Estágio, que, nos últimos seis anos, totaliza cerca de 50 mil alunos encaminhados ao contato empresarial, certificam que as ações planejadas estão no caminho certo.

O registro da boa avaliação geral do programa é alto: 88% dos clientes o consideram como ótimo ou bom. “O indicativo reforça o fato de que o IEL é um forte agente de interação no Estado”, comemora o superintendente do instituto, Paulo Galeno Paranhos.

Quanto ao atendimento recebido para preenchimento da vaga, 85% dos clientes entrevistados dizem ser satisfatório, indicativo que reflete o comprometimento da equipe do instituto com o sucesso dos clientes. Já 41,4% das empresas que trabalham com o IEL o conheceram por indicação. “Isso evidencia a importância do cliente como nosso divulgador”, admite o superintendente, considerando a grande aceitação do programa por parte dos clientes que o instituto mantém na capital e interior.

Os benefícios que a atividade reserva às empresas que acolhem estagiários do programa desenvolvido pelo IEL há 36 anos também são revertidos aos alunos, como forma de bom desenvolvimento profissional. De acordo com o superintendente, é a filosofia de “mão dupla” que move o instituto a buscar sempre a eficiência, já que o IEL, além de cadastrar alunos e empresas interessadas, se encarrega de selecionar o estagiário com o perfil mais adequado às necessidades dos clientes. “Desse modo é que garantimos bons porcentuais de aprovação do programa, que desde 1983 vem penetrando no interior de Goiás, estando hoje presente em quatro cidades”. ■

VIBRACOM
Telhas de Concreto Coloridas
Modelo Coppo Vêneto - Genuinamente Goiana


www.vibracom.com.br
Produzimos blocos e canaletas

SINDMÓVEIS

Tecnologia italiana

ClickDigital

Empresários do setor moveleiro de Goiás participaram do Salone Internazionale del Mobile/ Eurocucina/EIMU, realizado de 5 a 10 de abril em Milão, na Itália. O salão apresentou as principais tendências em tecnologia e design de móveis e contou com 1.460 expositores de 33 países. A viagem é fruto da parceria do Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás (Sindmóveis) e do Senai. Segundo o presidente do Sindmóveis, Carlos Alberto Vieira Soares, a viagem tem por objetivo agregar noções de inserção competitiva no mercado e do know-how italiano na fabricação de calçados às empresas goianas. Representaram Goiás os empresários Harley de Oliveira Paiva (Imol - Indústria de Móveis Oliveira), o presidente do sindicato, Carlos Alberto V. Soares (Post Portas Ind. e Comércio de Móveis Ltda), Carlos Augusto A. Borges (Maxim´s Cozinhas Ltda) e Paulo Sérgio Pedroso (Cozinhas Terra Ltda).

SINVEST

Feira de moda

Em sua sétima edição, a Jaraguá Expo Fashion - Feira de Moda reuniu mais de cem expositores, entre confeccionistas e fornecedores de equipamentos e tecidos. A feira, de 26 a 29 de abril, no Pavilhão da Casego, é uma parceria entre Sindicato da Indústria do Vestuário no Estado de Goiás (Sinvest), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) em Goiás, prefeitura municipal e Associação Comercial e Industrial de Jaraguá (Acij), entre outros.

Divulgação

SINPROCIM

Eleições em junho

A escolha da próxima diretoria do Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás (Sinprocim) já tem data marcada. Segundo o cronograma definido pelo sindicato, o registro de chapas será realizado entre 24 e 30 de maio e a eleição dos próximo dirigentes acontecerá no dia 20 de junho. A posse deverá ocorrer até 3 de julho. O mandato da nova diretoria é de quatro anos e associados podem obter mais informações pelo telefone (62) 3224-0456.

SINDQUÍMICA

Cartilha do consumidor

O consumidor poderá se informar sobre o uso de saneantes por meio de cartilha a ser lançada em 9 de maio, no auditório João Bennio, na Fieg. Na oportunidade, será realizada uma palestra sobre o assunto a ser ministrada por representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A publicação foi elaborada pela Anvisa com o apoio da Superintendência da Vigilância Sanitária e Ambiental de Goiás e do Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás (Sindquimica). De acordo com o presidente do sindicato, Eduardo Cunha Zuppani, a cartilha deve orientar o usuário a diferenciar os diversos tipos de saneantes e assim reduzir os riscos de acidentes com essas substâncias.

SINVEST

Encontro em Catalão

Com apoio da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Catalão, o Sindicato da Indústria do Vestuário no Estado de Goiás (Sinvest) promoveu reunião em 7 de abril na Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) da cidade. Participou 25 empresários do setor. Na ocasião, foram discutidas a convenção coletiva de 2006 e a participação dos confeccionistas goianos na Feira Internacional da Indústria Têxtil (Fenit) 2006 e em feiras regionais.

SIMELGO

Contratos são tema de palestra

No dia 12 de abril, uma apresentação sobre contratos, distratos e aditivos contratuais deu continuidade ao ciclo de palestras técnicas promovidas pelo Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás (Simelgo), como parte das ações promovidas pelo sindicato para as empresas filiadas. O advogado Rafael Lara Martins, do escritório BMCL e Advogados Associados, orientou os presentes sobre a importância de redigir os contratos de forma correta para evitar surpresas futuras e as possibilidades de finalização de um negócio. Ele destacou ser fundamental formalizar também o rompimento do documento judicialmente.

SINDUSCON

Descontos para associados

O Cartão Afinidade Sinduscon-GO é uma iniciativa inédita no setor da construção. Ele garante descontos em lojas de materiais de construção, locação de veículos, máquinas e equipamentos, além de estabelecimentos comercias. O benefício pode ser requisitado por associados do Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon) em dia com suas mensalidades. As empresas associadas portadoras do cartão já podem solicitar cartões para seus funcionários. De acordo com Mauricio Grasseschi, gerente executivo do sindicato, os descontos oferecidos pelo cartão proporcionam uma economia aos seus associados que normalmente supera o valor de suas mensalidades, o que torna o benefício ainda mais interessante. Interessados em conferir maiores informações sobre o Cartão Afinidade Sinduscon-GO podem entrar em contato pelo e-mail cartaoafinidade@sinduscongoias.com.br.

Grande frustração com o crescimento da economia

FLÁVIO CASTELO BRANCO

O crescimento do PIB em 2005 ficou em apenas 2,3%. É muito pouco e fica bem aquém do necessário para atender às expectativas dos agentes produtores e dos anseios da população. Duas comparações exprimem com propriedade a enorme frustração que esse dado carrega. Essa taxa de crescimento é menos da metade da taxa registrada em 2004, ano em que o PIB aumentou 4,9%. Tão ou mais grave, em 2005 a economia mundial expandiu-se 4,3%.

A queda no ritmo de crescimento em 2005 se explica principalmente pela política monetária restritiva que perdurou desde fins de 2004. Taxas de juros elevadas por um longo período de tempo determinaram a revisão dos planos de investimento das empresas e terminaram por interromper um longo processo de retomada do emprego industrial. A alta dos juros determinou também o esfriamento da demanda doméstica, em especial nos segmentos mais sensíveis às expectativas e ao custo do dinheiro, como os bens de capital e os bens de consumo duráveis.

Outro problema de 2005, que se intensificou no início de 2006, é a persistente apreciação cambial, resultado tanto do extraordinário superávit comercial quanto das altas taxas de juros. A apreciação do câmbio só não ocasionou redução do valor das exportações devido ao vigor do mercado mundial e do comportamento bastante favorável dos preços internacionais de alguns produtos, em especial das commodities. Mas a apreciação determinou perda de rentabilidade das vendas externas e de faturamento medido na moeda brasileira, em especial nas empresas de menor porte e dos exportadores de manufaturados em mercados mais competitivos.

A combinação de juros altos, demanda fraca, valorização cambial e crise política foi fatal para o investimento. Com menor expansão, observou-se recuo no nível de utilização da capacidade instalada, fazendo-se menos necessária a ampliação do parque produtivo. A formação bruta de capital fixo (investimento produtivo) aumentou apenas 1,2%, ante uma expansão de 10,9% em 2004. E, como sabemos, sem investimento o crescimento não ocorre. Sem crescimento, o emprego cresce pouco e a renda fica estagnada.

Mas esse não é um problema conjuntural. De fato, a economia brasileira padece de um problema crônico de baixo crescimento. O crescimento médio do PIB nos últimos dez anos é de apenas 2% ao ano. Desde 1995, há dez anos seguidos portanto, a economia brasileira cresce menos que a média da economia mundial.

A conclusão é clara e inexorável: não só não logramos repetir por dois anos consecutivos uma taxa de crescimento mais robusta – ou menos medíocre – como também não acompanhamos o ritmo de crescimento da economia mundial. Estamos ampliando o fosso entre o Brasil e os países avançados e, mais preocupante, estamos perdendo posição também para as demais economias emergentes.

As razões do baixo crescimento são conhecidas. Um histórico de déficits fiscais elevados se traduz hoje em uma dívida pública alta e de má qualidade, que impõe um custo fiscal exacerbado ao País. Pouca eficiência nos gastos fiscais, carga tributária elevada, tributação de má qualidade, sistema previdenciário anacrônico, dentre outras distorções, são fatores que limitam o aumento da produtividade e o crescimento da economia brasileira.

> "Estamos ampliando o fosso entre o Brasil e os países avançados e, mais preocupante, estamos perdendo posição também para as demais economias emergentes"

Alterações cosméticas ou reformas incompletas produzem um quadro estrutural sem grande mudança. Os sistemas são quase os mesmos que vigoravam há duas ou mais décadas, quando a economia mundial vivia outro momento. Refletem a realidade de um Brasil do passado, ainda hesitante em se modernizar. Como não nos preparamos adequadamente para uma integração mais efetiva e competitiva com a economia mundial, não crescemos tanto como os outros.

Essas mudanças são cruciais para criar um ambiente favorável aos negócios e ao investimento, condição crítica para a elevação do ritmo de crescimento. Mas é necessária uma ação firme e urgente para criar essas condições para um crescimento robusto e duradouro. Para tanto é preciso ousadia. Para não haver novas frustrações.

Flávio Castelo Branco é gerente executivo de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

CONHEÇA A PRIMEIRA AGÊNCIA EM GOIÁS, ESPECIALIZADA EM EDITORAÇÃO

A ND Editora e Publicidade é a primeira agência em Goiás, especializada em editoração e publicação de livros, revistas, jornais, folders e cartazes. Tudo isso com qualidade e agilidade que garantem trabalho sério e entrega no prazo combinado.

Jornalistas, publicitários e designers capacitados estruturam o quadro de profissionais para sua total tranqüilidade.

ND EDITORA E PUBLICIDADE LTDA

Rua 1034, 49, Setor Pedro Ludovico
Goiânia - GO - CEP 74823-190
Telefax: (62) 3255-6262

É preciso talento para gerir empresas

Descobrir e desenvolver Talentos é nosso propósito

Programa Gestão de Talentos

FIEG SESI SENAI IEL ICQ BRASIL IEL

www.ielgo.com.br (62)3219-1439

Sistema FIEG/ASCOM

FFATIA®

www.ffatia.com.br

V Feira de Fornecedores e Atualização Tecnológica da Indústria de Alimentação

2006

25 a 27 outubro

Centro de Convenções de Goiânia - GO

Eventos Simultâneos

- IV ETALCO - Encontro de Tecnologia de Alimentos do Centro-Oeste
- II Seminário Pack Ffatia
- Clínica Tecnológica Sebrae
- II Prêmio Visão de Desenvolvimento
- I Seminário do Setor Sucroalcooleiro

II Congresso Nacional da Qualidade do Leite

"Feira dirigida a profissionais dos setores de alimentos e bebidas, carne e derivados, laticínios e sucroalcooleiro."

Realização

Sistema FIEG · SIAEG Sindicato das Indústrias da Alimentação no Estado de Goiás · Sindileite · SINDICARNE · SIFAEG SIFAÇÚCAR · SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE ANÁPOLIS

Promoção e Comercialização

MULTIPLUS Eventos · UBRAFE

R. Conde Afonso Celso, 436
14025-040 - Ribeirão Preto - SP - Brasil
Tel./Fax +55 16 3623.8936
multiplus@multipluseventos.com.br
www.multipluseventos.com.br

Coordenação Técnica

UFG Universidade Federal de Goiás

Apoio

ABIMAQ · GOIÁS · Goiânia O futuro se faz agora · ABIA · SEBRAE Goiás Parceiro dos brasileiros · ABPO Associação Brasileira do Papelão Ondulado · CEISE Centro das Indústrias de Sertãozinho e Região

Catálogo Oficial - Revista Goiás Industrial

Tel.: (62) 3255-6262
nd@ndeditora.com.br

sp studio